

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELA WROBLEWSKI KOVALHUK

**PROPOSTA DE MELHORIA DAS TRILHAS DO PARQUE ESTADUAL
PICOPARANÁ (PEPP)**

CURITIBA

2017

MARCELA WROBLEWSKI KOVALHUK

**PROPOSTA DE MELHORIA DAS TRILHAS DO PARQUE ESTADUAL
PICOPARANÁ (PEPP)**

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo
apresentada ao curso de Turismo, Setor de
Ciências Humanas, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane de Fátima Neri

CURITIBA

2017

RESUMO

O presente PPGT se propõe a trazer mais informações sobre o ecoturismo e o uso público das Unidades de Conservação, analisar qual é a satisfação do visitante vivida em visita ao Parque Estadual Pico Paraná a partir da sua percepção ambiental e qualidade de experiência, e propor um projeto de melhorias para o parque, para atingir o objetivo geral que é o de propor melhorias de infraestrutura do PEPP. Essa análise foi realizada a partir de um questionário e trouxe informações importantes para o parque, que carece de dados sobre os visitantes e suas percepções até o momento. A partir das respostas encontradas no questionário foi possível perceber que os visitantes ainda sentem a falta de atividades relacionadas à educação ambiental, além de perceberem estruturas já com falhas no decorrer das trilhas do parque. Com este trabalho foi possível definir quais melhorias poderiam ser propostas para que o IAP, assim como planejar de que forma a comunidade montanhista, poderá se organizar para trabalhar nessas melhorias, com o objetivo de aumentar a qualidade da experiência do visitante, ao mesmo tempo em que se tenta preservar ainda mais o local.

Palavras-chave: Ecoturismo. Percepção Ambiental. Qualidade da Experiência. Uso Público de Unidades de Conservação. Parque Estadual Pico Paraná.

ABSTRACT

This PPGT proposes to provide more information about ecotourism and the public use of Conservation Units to analyze the satisfaction of the visitor during a visit to Pico Paraná State Park, based on their environmental perception and quality of their experience, and to propose an improvement project for the park, to achieve the main goal of of this study wich is proposing infrastructure improvements. This analysis was made with a public questionnaire and brought important information to the park, which don't have data about the visitors and their perceptions about the park. From the answers found in the questionnaire it was possible to perceive that the visitors miss activities related to environmental education, in addition to notice some bad infrastructure in the park.

With this study it was possible to define what improvements could be proposed so that IAP as well as the mountaineering community could organize to work on these improvements, in order to increase the quality of the visitor experience, and at the same time try to preserve the place even more.

Keywords: Ecotourism. Environmental Perception. Quality of Experience. Public Use of Conservation Units. Parque Estadual Pico Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – TIPOS DE USO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	27
FIGURA 2 – PONTO QUE MARCA O CUME DO PICO PARANÁ E MONTANHAS AO REDOR DA SERRA BITIRAQUIRE.....	31
FIGURA 3 – ACESSO DE CURITIBA À FAZENDA RIO DAS PEDRAS.....	32
FIGURA 4 – ACESSO À FAZENDA PICO PARANÁ NA BR-16.....	33
FIGURA 5 – ACESSO À FAZENDA PICO PARANÁ POR ESTRADA DE CHÃO.....	33
FIGURA 6 – PLACA DE ACESSO AO PARQUE.....	35
FIGURA 7 – PLACA INDICATIVA CONTENDO GRÁFICO DE ELEVAÇÃO....	47
FIGURA 8 – PLACA NO REFÚGIO DO PARQUE COM INFORMAÇÕES SOBRE A TRILHA, PARQUE NACIONAL IZTACCÍHUATL POPOCATÉPETL, MÉXICO.....	48
FIGURA 9 – PISOTEAMENTO NA TRILHA PARA O CUME TAPIROCA.....	77
FIGURA 10 – EXEMPLO DE ESTRUTURA PARA CONTER EROSÃO – MANANCIAL DA SERRA (PR).....	77
FIGURA 11 – EXEMPLO DE PASSARELA PARA EVITAR EROSÃO, PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ).....	78
FIGURA 12 – EXEMPLO DE PASSARELA PARA EVITAR EROSÃO, PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ (PR).....	79
FIGURA 13 – PLACA INDICANDO A DISTÂNCIA ATÉ CADA ATRATIVO DO PONTO ONDE ESTÁ LOCALIZADA.....	80
FIGURA 14 – SUGESTÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO.....	82
FIGURA 15 – PANFLETO INFORMATIVO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ MG/ES).....	83
FIGURA 16 – PANFLETO INFORMATIVO DO PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ).....	84
FIGURA 17 – MAPAS DO PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ), À ESQUERDA, E DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (MG/ES), À DIREITA.....	85

FIGURA 18 – ESBOÇO DE PANFLETO.....	85
FIGURA 19 – SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE PANFLETO EM MATERIAL DO BANFF NATIONAL PARK (CANADÁ).....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE VISITAS NO PARQUE E QUANTIDADE DE ACAMPAMENTOS.....	57
TABELA 2 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA DEFINIÇÃO DE PONTOS DE ESCOAMENTO NO PEPP.....	76
TABELA 3 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS PARA EVITAR EROÇÃO DO SOLO NO PEPP.....	80
TABELA 4 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO NO PEPP.....	82
TABELA 5 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARAPRODUÇÃO DE PANFLETO INFORMATIVO DO PEPP.....	87
TABELA 6 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE SACOS DE LIXO NO PEPP.....	88
TABELA 7 – ORÇAMENTO FINAL PARA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS DO PEPP.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES.....	59
GRÁFICO 2 – TRILHAS REALIZADAS PELO VISITANTE.....	60
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE VISITAS POR MONTANHA NO PARQUE.....	62
GRÁFICO 4 – QUALIDADE DE EXPERIÊNCIA VIVIDA NO PARQUE.....	63
GRÁFICO 5 – CLASSIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE LIXO NA TRILHA.....	64
GRÁFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAS ENCONTRADAS NA TRILHA.....	65
GRÁFICO 7 – OPINIÃO DOS VISITANTES SOBRE VOLTAR AO PARQUE....	67
GRÁFICO 8 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES QUANTO À VISITA AO PARQUE.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PARA O PROJETO DESTINADO AO PEPP.....	90
--	----

LISTA DE SIGLAS

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

PEPP - Parque Estadual Pico Paraná

UC - Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MARCO TEÓRICO	14
2.1 ECOTURISMO	14
2.1.1 História da criação e o porquê do seu surgimento	14
2.1.2 Conceito e características	16
2.1.3 Impactos do ecoturismo sobre as áreas naturais	18
2.1.4 Gestão do ecoturismo	19
2.1.5 Ecoturismo x turismo de aventura	22
2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	23
2.2.1 História	23
2.2.2 Conceito e características do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	25
2.2.3 Ecoturismo em unidades de conservação	29
2.3 PARQUE ESTADUAL PICO PARANÁ	30
2.4 PERFIL DO VISITANTE E ASPECTOS DA DEMANDA	36
2.5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL	39
2.6 QUALIDADE DE EXPERIÊNCIA	43
2.7 TRILHAS	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 TIPOS DE PESQUISA	50
3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA	51
3.3 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	53
3.4 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	54
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	56
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	56
4.1.1 Perfil geral do visitante	57
4.1.2 Percepção ambiental e a qualidade de experiência do visitante	59
4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
5 PROJETO DE MELHORIAS ESTRUTURAIS PARA O PEPP	74
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	74
5.1.1. Melhorias na trilha	75

5.1.2 Instalação de pontes, passarelas e elevados de madeira	76
5.1.3 Placas de sinalização	80
5.1.4 Panfleto informativo	83
5.1.5 Distribuição de sacos de lixo	88
5.1.6 O porquê de desenvolver este projeto.....	89
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	91
5.2.1 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa.....	92
5.2.2 Avaliação do retorno do investimento	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE	104
ANEXOS	108

1 INTRODUÇÃO

Já disse Lindberg (1999, p. 43), 18 anos atrás, que o ecoturismo vem sendo cada vez mais procurado e realizado pela população que está em busca de atividades que fogem do seu hábitat comum – as grandes cidades. Isso continua sendo perceptível nos dias atuais. “O ecoturismo representa hoje, então, bem mais que uma opção técnica em como se explorar turisticamente os recursos naturais” (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 3). Nessa passagem Neiman e Mendonça mencionam sobre o quanto que o turismo pode ser visto e trabalhado como um fator que auxilia no tratamento de áreas naturais e em suas melhorias. O turismo pode vir a apoiar na preservação dessas áreas caso seja bem manejado.

Esse aumento de visitantes pode ser algo positivo, considerando que as características do turismo fazem com que bons impactos aconteçam durante essa prática, porém também pode vir de uma maneira sem controle e que pode afetar diretamente a área natural.

Tomando como base os últimos quatro anos, ao se visitar o Parque Estadual Pico Paraná (PEPP), o que se percebe é um aumento desenfreado de visitantes e com ele a maior frequência visível do lixo e da degradação. Esses impactos chamam atenção para o que o ser humano pode fazer com o meio ambiente, pensando apenas em seu bem próprio, sem pensar nas consequências.

Ainda hoje não existe nenhum estudo que indique o número real de visitantes do parque e também para saber qual é a percepção destes sobre o ambiente que os rodeia. Também não se sabe qual é o grau de satisfação da experiência vivida por eles em sua visita. E para que sejam realizadas melhorias na região, é necessário conhecer exatamente o público-alvo e quais são as suas percepções reais sobre o local e o que viveu nele. Com isso, veio a importância, a partir de conversas com o gestor do parque, Harvey F. Schlenker, de se realizar um estudo sobre essas questões práticas e subjetivas da visita ao local, para que surjam maneiras de melhorar a experiência e o cuidado com o ambiente. Além disso, o gestor também informou que o plano de manejo está a ponto de começar a ser desenvolvido, e que essas

informações seriam de suma importância para auxiliar no desenvolvimento do mesmo.

O parque foi criado a partir do Decreto n.º 5.769, de 5 de junho de 2002, e possui 4.333 hectares de área. Seu acesso se dá pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) e o mesmo está localizado entre os municípios de Antonina e Campina Grande do Sul, sendo que suas “portas de entrada” são duas fazendas localizadas em Campina Grande do Sul, chamadas Fazenda Pico Paraná e Fazenda Rio das Pedras. No parque, além do tão conhecido Pico Paraná (com seus 1.877 metros de altitude), encontram-se vários outros picos que fazem parte da Serra do Ibitiraquire (FAZENDA Pico Paraná, 2017).

O problema de pesquisa relacionado ao parque está no fato de não haver nenhum estudo sobre os visitantes e suas percepções, tornando-se importante uma investigação sobre seu grau de satisfação durante a visita. Além disso, considerando o crescimento visível de visitantes no local, é importante entender quem são eles e quais são os motivos pelos quais visitam o local, além de entender se a infraestrutura presente no mesmo atende às suas necessidades.

Uma das hipóteses para este trabalho está na questão de que a falta de infraestrutura pode ser prejudicial para a qualidade de experiência do visitante, visto que, de acordo com Soifer (2005, p. 13), “Hoje em dia os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação ao que esperam de um serviço que adquirem”. E se a infraestrutura não estiver de acordo com o que se espera, isso pode trazer uma insatisfação em relação ao serviço prestado.

Outra hipótese levantada é a de que os visitantes do parque não possuem uma percepção ambiental desenvolvida com um pensamento de sustentabilidade, buscando que sua atividade gere o menor impacto possível. Com essa pouca percepção sobre o ambiente, os impactos desenvolvidos, a partir da visita, podem ser muito prejudiciais ao parque.

O objetivo deste trabalho é o de propor melhorias para a infraestrutura do parque, por meio da verificação do nível de satisfação do visitante do PEPP, da sua percepção ambiental e da qualidade de sua experiência. Já os objetivos específicos são os de: verificar o nível de satisfação do visitante em relação à visita ao PEPP, analisar o perfil do visitante do parque; averiguar a percepção

ambiental do visitante; verificar a qualidade da experiência do visitante do parque; caracterizar o parque, bem como realizar o levantamento de pontos de melhoria das trilhas do parque para trabalhar nas melhoras de infraestrutura propostas no objetivo geral.

Sendo assim, este trabalho visa a trazer mais clareza com relação a como o Parque Estadual Pico Paraná é percebido por seus visitantes e entender quais são os motivos e entendimentos destes em relação ao local que é tão cheio de belezas naturais e que merecem ser preservadas.

Este estudo é composto pelo marco teórico, que analisa os seguintes temas: Ecoturismo e a sua história, com conceitos e análise da sua importância na vida das pessoas; Unidades de Conservação, sua história e a importância delas para a preservação do meio ambiente; Infraestrutura em UC (trilhas, sinalização, panfletos.) onde serão abordados alguns temas importante para trabalhar na infraestrutura e trilhas de em uma área de Unidade de Conservação; Parque Estadual Pico Paraná, com informações e dados sobre o local, como: criação, como chegar e questões políticas; Perfil do Visitante, com uma análise sobre a sua importância; Percepção Ambiental, que traz informações sobre o que é e como ela é importante para a estruturação do turismo; e por último, a Qualidade de Experiência e o quanto alguns (aparentemente) pequenos fatores podem arruinar ou melhorar a experiência de um visitante.

Para se analisar todas as questões levantadas, foi desenvolvida uma pesquisa para compreender melhor a percepção do visitante em relação ao parque, e a partir desses resultados, e encontrados alguns pontos vistos como negativos por parte desses visitantes, foi desenvolvido um projeto que propõe a melhoria na infraestrutura do parque que visa atender com melhor qualidade às expectativas dos visitantes, ao mesmo tempo em que tenta diminuir os impactos negativos gerados por essas visitas.

2 MARCO TEÓRICO

O objetivo deste Marco Teórico, que aborda sete temas diferentes (Ecoturismo, Unidades de Conservação, Parque Estadual Pico Paraná, Perfil do Visitante, Percepção Ambiental, Qualidade da Experiência e Trilhas) é o de dar um panorama geral sobre o objeto deste trabalho, facilitando a compreensão sobre esta pesquisa.

2.1 ECOTURISMO

O ecoturismo será abordado nesse tópico. Não apenas o que ele é, mas também como ele é visto e utilizado pelo visitante de áreas naturais, que cada vez mais está em busca desses espaços para descarregar as energias do dia a dia. Com esse aumento de visitas, torna-se importante o estudo e pesquisa nesta área. “O ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação como um *tsunami*, um verdadeiro maremoto” (LINDBERG; HAWKINS, 1999, p. 15). Já começa de maneira forte e bem objetivada o texto dos dois autores em seu livro que aborda o ecoturismo e o planejamento e gestão dessas áreas. E eles não estão errados, pois o número de praticantes de ecoturismo, a cada ano, aumenta mais e, com eles também, os impactos positivos e negativos sobre o meio ambiente.

2.1.1 História da criação e o porquê do seu surgimento

Desde que se começou a abordar o assunto, em 1970, de acordo com Lindberg e Hawkins (1999, p. 15), o ecoturismo veio permeado de informações sobre o turismo alternativo e o turismo sustentável. Ainda de acordo com os autores, esses termos começaram a ser empregados a partir desse período, porém nem sempre da maneira correta, sendo usada por muitos de maneira “marqueteira”, ou seja, apenas para atrair mais consumidores.

Além disso, pouco se entendia exatamente sobre o que era o turismo, e todas as atividades que estavam em contato com a natureza acabavam sendo rotuladas como ecoturismo (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 3).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p. 13-16), o termo ecoturismo surgiu no final dos anos 1980, ao mesmo tempo em que a necessidade de conservação do meio ambiente mostrava-se mais importante, e ficava cada vez mais em pauta, com o objetivo de se trabalhar mais direcionado às paisagens rurais e naturais, preservando seus ecossistemas. Foi só em 1985, a partir de uma ação do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que foi criada a Comissão Técnica Nacional, considerada a primeira iniciativa com o objetivo de organizar as questões do setor de ecoturismo.

Mas por que se busca tanto o ecoturismo?

Aparentemente, a vida totalmente urbana das civilizações, hoje em dia, faz com que, cada vez menos, a natureza esteja presente no dia a dia do ser humano. É exatamente esse afastamento do meio natural – criado pela expansão das áreas urbanas e pelo contato cada vez mais intenso com equipamentos eletrônicos e aumento nas jornadas de trabalho – que vem criando uma consciência de que o contato com a natureza faz falta, com isso surge a busca por áreas naturais e pelo ecoturismo (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 48).

Segundo Neiman e Mendonça (2005, p. 49), gestores e atores envolvidos no processo de planejamento das áreas naturais devem se esforçar para que o ambiente esteja envolto de características que não lembrem o que o visitante tem no seu dia a dia, como: telefones celulares, sons da cidade ou *fast-food*. Para os autores, o ecoturismo deve ser uma porta de entrada para se ter contato com situações inusitadas e diferentes das que ocorrem cotidianamente; situações de contato com o novo e também com a questão de se encontrar dentro de você mesmo.

[...] a vida nas grandes metrópoles (principais núcleos emissores de turistas) já exige uma nova conduta na busca pelo restabelecimento físico e emocional: buscam-se lugares remotos, de natureza preservada, paisagens bucólicas entrelaçadas com cultura e hábitos singulares. (BRASIL, 2008, p. 13).

Sendo assim, o ser humano, cada vez mais, busca o contato com a natureza e com as características que não consegue encontrar dentro do ambiente urbano onde vive em seu dia a dia. De acordo com Neiman e

Mendonça (2005, p. 154), “o ecoturismo [...] surge como uma resposta moderna aos profundos desejos de se estar em contato com a essência da vida, com os outros seres que compartilham conosco a experiência de vida no planeta Terra”.

2.1.2 Conceito e características

Sousa *et al.* (2015, p. 286) dizem que o ecoturismo se torna atrativo por trazer uma sensação mais íntima com o meio ambiente, diferente do meio antropizado em que se vive. Já para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p. 13), o convívio em grandes cidades traz uma busca por paisagens bucólicas, diferentes e envolvidas com o meio ambiente para que seja possível fazer o restabelecimento, tanto físico, quanto emocional do cidadão. Verifica-se que o ecoturismo em suas diversas definições, tem como premissa devolver ao ser humano a relação com a natureza de forma positiva.

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 2004, p. 19).

De acordo com Kinker (1999, p. 3), o turismo deve estar pautado em três conceitos fundamentais: desenvolvimento regional, com um trabalho direto com as comunidades locais; despertar no visitante para consciência ambientalista, por meio do contato direto com a natureza, facilitando na sua interpretação e percepção ambiental; e renda gerada pelo turismo, que pode servir como base para arrecadar recursos para aplicar em melhorias na própria área natural.

Porém, o que todas essas definições e conceitos têm em comum é que estão envoltos na mesma ideia de interação com a natureza, na busca de se trabalhar de maneira sustentável, principalmente com a comunidade local, e no aumento da consciência ambiental dos visitantes (BRASIL, 2008, p. 16). Inclusive para completar este pensamento, Lindberg e Hawkins (1999, p. 15) dizem que “ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social”. De acordo com

os autores, para os países desenvolvidos o ecoturismo se torna atraente, pois deve trabalhar diretamente com o investimento em recursos locais e na inserção da mão de obra local nos negócios (LINDBERG; HAWKINS, 1999, p. 15).

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p. 17-18), a realização do ecoturismo já está ligada à ideia de que essa atividade será realizada de maneira sustentável e pensada no meio. Por isso, deve-se entender que o ecoturismo é um segmento dentro do turismo, enquanto que sustentabilidade (ou turismo sustentável) é uma constante que deve estar presente não apenas no ecoturismo, mas em todos os segmentos de turismo que forem realizados.

Sendo assim, não se deve confundir ecoturismo com turismo sustentável, pois na realidade eles andam lado a lado com um objetivo em comum. Dessa forma, não apenas o ecoturismo, mas todas as formas de turismo devem estar baseadas em princípios como proteção, inclusão de população local, entre outros.

O ecoturismo ou o lazer em contato com a natureza surge como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação, segurança, e serviços inter-relacionados. (QUEIROZ, 2006, p. 29).

De acordo com Queiroz (2006, p. 28), uma maneira interessante de se verificar o ecoturismo é entendendo a ecologia e o turismo como órgãos separados antes de juntá-los. A autora mostra que, pela ecologia, pode-se falar sobre a sociedade destrutiva e segregadora que existe hoje em dia, na qual os desrespeitos e a falta de tolerância permeiam várias ações do nosso dia a dia, onde o capital e a noção do ter são muito mais importantes do que as relações e o ser, e onde o ser humano se apodera do meio ambiente como se fosse dono dele.

Já sobre o turismo, Queiroz (2006, p. 29) expressa sobre como a expansão do mercado acaba criando novos nichos de mercado que são direcionados aos serviços e produtos de lazer, e o quanto isso pode ser aproveitado para se trabalhar de maneira sustentável para que o turismo leve em conta a sustentabilidade na forma de economia, para comunidades locais e meio ambiente.

A interação com a comunidade local foi citada por Neiman e Mendonça (2005, p. 203), que mostram o quanto o turismo pode afetar diretamente as relações locais que ocorrem na região visitada, e o quanto isso deve ser trabalhado, de uma maneira mais harmônica, para que a comunidade não tenha grandes alterações em sua maneira de viver. Além disso, o turismo é mostrado como um agente transformador pelo próprio turista, que pode criar novas perspectivas e percepções do mundo após entrar em contato direto com uma nova cultura. Independente de como o ecoturismo é percebido, é importante que sejam analisados os impactos (negativos e positivos) dessa atividade, para que atitudes possam ser tomadas sobre isso.

2.1.3 Impactos do ecoturismo sobre as áreas naturais

Como uma atividade que envolve pessoas e o contato delas com o meio ambiente, impactos positivos e negativos podem ocorrer a partir dessas interações. A partir da percepção da necessidade futura de implantação, manejo e gestão das atividades realizadas nos Parques Estaduais de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo desenvolveu, em 2011, o projeto de elaboração do Plano de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação. Esse trabalho foi necessário para a análise dos impactos naquela área, mas é um projeto que também traz informações importantes sobre os impactos que podem ser aplicados em outras áreas. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2011, p.10-17) existem cinco tipos de impactos, que ocorrem no meio natural, a partir do turismo realizado nas mesmas, sendo eles: impactos na água, no solo, na vegetação, na fauna e impactos sociais.

O turismo também deve ser pautado em escolhas que se relacionam com a busca pela minimização dos impactos negativos causados ao meio ambiente devido à visitação turística, assim como é importante que se dê a devida atenção à paisagem, pois é ela uma das principais motivações dos turistas para realizar seu descolamento e realizar uma atividade turística. (BRASIL, 2008, p. 25-27).

Sobre os impactos que surgem a partir das atividades de ecoturismo, Molina (2001, p. 45-51) foca bastante na ideia de “poluição” do meio ambiente

quando quer falar sobre os inúmeros impactos gerados. O autor agrupa essas formas de poluição em três grupos distintos: poluição do ar, da água e do solo. Ele deixa claro que as interações com o meio ambiente são reações a partir do que é feito no meio natural, mas também no meio urbano, que acaba atingindo diretamente todo o meio ambiente.

Além dessas “poluições”, o ecoturismo pode ser considerado como um agente causador de impactos a partir da sua atividade. Swarbrooke (2000, p. 69) afirma que é função dos administradores desse setor estarem envolvidos e terem consciência de quais impactos ocorrem na área visitada para poder manejá-los de maneira correta. E eles podem ser de diferentes tipos e níveis, a partir de variáveis como: perfil do visitante, atividades do setor público, desenvolvidas no local, e fragilidade do local.

Além disso, para Bueno *et al.* (2011, p. 83) os impactos podem ser positivos ou negativos e que se o turismo for bem planejado, os impactos negativos podem ser diminuídos e os positivos, potencializados, o que trará mais benefícios para uma região. Dentre os impactos do ecoturismo, é possível citar como exemplos: os impactos ao meio ambiente natural (destruição da fauna e flora, poluição da água e do ar); impactos econômicos (sazonalidade do turismo e aumento da especulação imobiliária); impactos culturais (perda de características de uma cultura, destruição de patrimônios); e impactos sociais (mudança dos hábitos de consumo e perda de valores da cultura).

E quando se fala sobre os benefícios, tem-se: benefícios no meio ambiente (desenvolvimento de programas e ações, utilização dos recursos naturais de maneira consciente); benefícios econômicos (geração de empregos e entrada de divisas); benefícios sociais (melhoria da infraestrutura do local, que atinge diretamente os moradores); e benefícios culturais (valorização de artesanato e demonstrações culturais).

Para que sejam atingidos esses pontos, para se gerar benefício, é importante que exista uma boa gestão do turismo, que é sobre o que trata o tema a seguir.

2.1.4 Gestão do ecoturismo

Outro aspecto bem importante citado por Neiman e Mendonça (2005, p. 45) sobre as estratégias para conservação da biodiversidade, é que o turismo deve ser pensado em conjunto, e que deveriam ser criados meios de fazer com que os agentes trabalhadores na área pudessem atuar sob os mesmos parâmetros, para que fosse feito como um bem comum, porém, cada setor (público, privado) ainda trabalharia à sua maneira e com objetivos diferentes.

Isso mostra que o turismo, mesmo com toda a possibilidade que ele tem de proporcionar uma melhora para os ambientes naturais, também faz surgir alguns aspectos negativos, em grande parte, pela má gestão ou pelo enfoque em questões capitalistas (com o acúmulo de recursos) em detrimento à conservação da natureza.

Lindberg e Hawkins (1999, p. 26-27) explicam que o ecoturismo requer uma abordagem multidisciplinar, enquadrando não apenas a visão do turismo, mas também setores como a biologia, administração, em um planejamento rigoroso e que siga a regras e padrões bem definidos para manter um crescimento ordenado. Ainda segundo os autores, a falta de diretrizes, ainda não implementadas, facilita a falta de orçamento e a falta de mão de obra – principalmente a qualificada.

Sousa e Santos (2015, p. 287) também expressam sobre o quanto a falta de planejamento pode ser prejudicial a uma localidade turística, pois pode começar a gerar impactos negativos ao local – como citado anteriormente.

Esses impactos e a má gestão podem estar atrelados a uma supervalorização do capital acima de qualquer cuidado com o meio ambiente, o que faz com que o enfoque para vários trabalhos vise apenas ao lucro. Neiman (2002, p. 4) também nos traz a ideia de que o meio ambiente não consegue acompanhar todo esse desenvolvimento e a oferta criada pelo ecoturismo em busca de lucro, com mercadorias ligadas ao setor, e que isso pode levar a uma catástrofe. “Ao transformar os elementos naturais em recursos, o capital ignora os limites de exploração e gera grandes catástrofes ambientais” (NEIMAN, 2002, p. 4).

É importante perceber também que o ecoturismo não deve ser visto como um produto como outro qualquer, mas sim como um produto com

características específicas e que deve ser tratado como tal, como um agente que pode ajudar o planeta (NEIMAN, 2005, p. 49).

Atualmente, é evidente que ele está sendo pensado de forma individualista, podendo desaparecer caso não seja trabalhado e pensado a partir de uma noção de consciência e educação ambiental, com o intuito de proteger e conservar a natureza (QUEIROZ, 2006, p. 29). E mesmo que o turismo esteja envolto em uma espécie de ações de melhorias para o meio ambiente, ele também pode acabar gerando impactos negativos ao ambiente onde ocorrem as atividades turísticas (SOUSA; NUNES, 2015, p. 287).

Para Neiman e Mendonça (2005, p. 155), “Até mesmo o ecoturismo, que se propõe a ser uma atividade econômica voltada para a proteção da natureza e das culturas locais, tem causado diversos impactos”. Essa contradição mostra-se bem presente quando se percebe o grande aumento de visitantes em áreas naturais, sem o devido preparo do turismo para recebê-los. Segundo os autores, a mão de obra relacionada ao turismo ainda não está preparada para realizar esse trabalho, até mesmo porque os próprios empresários não têm conhecimento ou não estão regulamentados em organizações sem fins lucrativos que estão ligadas à atividade turística (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p.57).

Lindberg e Hawkins (1999, p. 27) também abordam esse tema dizendo que faltam orçamento e mão de obra especializada para lidar com as áreas protegidas e saber como repassar o conhecimento aos visitantes.

Por fim, é necessário perceber que o ecoturismo é uma saída viável e importante para a manutenção e proteção das áreas naturais, porém, sem uma boa gestão e sem a confiança de que é algo importante, fica difícil fazer com que as pessoas envolvidas se encantem com a área e façam um trabalho melhor. O trabalho deve ser feito de forma multidisciplinar, envolvendo vários setores diferentes, mas com o interesse comum em melhorar o meio em que todos vivem, além de diretrizes que façam com que o funcionamento ocorra de maneira adequada (LINDBERG; HAWKINS, 1999, p. 26).

Levando-se em conta que o Brasil foi anunciado como o principal destino de turismo de aventura do mundo, com maiores opções de roteiros, fica entendível que esse turismo, junto ao ecoturismo, deve ser analisado de forma

minuciosa (PORTAL BRASIL, 2016). O próprio Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, em entrevista para o Portal Brasil, em 2016, afirmou que:

Natureza e ecoturismo já são o 2.^o principal motivo das viagens a lazer realizadas por estrangeiros no país. Sendo um dos países com maior biodiversidade e seus diversos ecossistemas, o Brasil apresenta um cenário rico para esse segmento e tenho certeza que podemos avançar ainda mais” (PORTAL BRASIL, 2016).

Além disso, “Segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil é apontado como o primeiro do *ranking* em belezas naturais, entre 140 países” (PORTAL BRASIL, 2014). De acordo com a notícia, 46,8% dos visitantes que vêm ao Brasil buscam atividades relacionadas ao meio ambiente. Esse número impacta também diretamente na vida da comunidade local, pois esse setor impulsiona o crescimento de vagas de emprego. Segundo os dados acima, mostra-se o quanto é importante a estruturação desses locais para poder atender cada vez mais e melhor os visitantes. Ainda segundo o Portal Brasil (2013), o maior emissor de turistas ao Brasil, em 2013, era a Alemanha, que representava 37% dos visitantes no país. Dentre eles, 37% vieram ao Brasil em busca de atividades relacionadas ao ecoturismo, natureza e aventura.

Com todo esse potencial é importante que os órgãos públicos e privados entendam a importância do ecoturismo para poderem trabalhar melhor as questões que o permeiam. Isso pode alavancar o Brasil ainda mais como referência nessa área.

2.1.5 Ecoturismo x turismo de aventura

Como neste trabalho foi abordada principalmente a questão do ecoturismo, é interessante que seja também levantada a questão do turismo de aventura, pois esses dois termos podem ser confundidos. A opção de se trabalhar mais especificamente com o ecoturismo está no fato de que este busca um olhar mais sustentável sobre as atividades que envolve, e é justamente esse foco que se espera ter durante esta pesquisa e na verificação dos resultados.

Para um melhor entendimento, existem inúmeras definições para o turismo de aventura. O mais encontrado na literatura foca na questão de que

esse tipo de turismo pode trazer experiências fora do comum para o turista, conforme explicam Buckley e Uvinha (2011, p. 3), o “turismo de aventura é um termo amplo que abrange todos os tipos comerciais de turismo e recreação ao ar livre com um elemento significativo de emoção”. Também explica Ferreira (2013, p. 134) sobre os locais onde se pratica o turismo de aventura, que “para desfrutar desses paraísos perdidos é efetivamente necessário algum esforço físico, mas existem modalidades para todo o tipo de capacidades”.

O turismo de aventura, então, é um turismo que em grande parte acontece no meio ambiente e ao ar livre, e abrange várias atividades. O ecoturismo, em seu conceito, também está de acordo com essas características, com o adicional do enfoque na sustentabilidade. Sendo assim, um local onde se pratica o ecoturismo também pode ser um local onde acontece o turismo de aventura.

Por fim, a partir do que foi abordado acima, é importante que haja uma boa organização no ecoturismo, assim como é necessário que ocorram ações que tenham controle sobre as atividades que ocorrem nessas áreas, e é para isso que existem as unidades de conservação.

2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo abordará mais questões sobre como surgiram as unidades de conservação e qual é o seu papel na conservação das áreas naturais, principalmente no Brasil.

2.2.1 História

O processo de criação de unidades de conservação (UC) não é recente. A história ligada a esse tema pode datar de mais de 200 anos e é considerada bem longa e com vários personagens importantes que, juntos, levantaram informações e definiram conceitos para se chegar ao que se tem hoje.

Nos Estados Unidos, durante o século XIX, as políticas públicas permitiam que terras de até 70 hectares (ha) fossem ocupadas e cultivadas por qualquer cidadão que a solicitasse, do contrário as mesmas eram privatizadas.

Com isso, em 1890, grande parte dessas terras já estava sendo utilizada para cultivo (Núcleo de Excelência em Unidades de Conservação Ambiental (NEXUCS), 2012, p. 27). Esse processo apenas intensificou sua devastação sem que nada fosse feito para dar um retorno ao meio ambiente.

A partir dessa questão e com relação a outras formas de devastação que vinham ocorrendo em meios naturais, alguns ambientalistas, ou apenas pessoas preocupadas com o rumo do meio ambiente, começaram a se levantar para poder mudar o direcionamento da história a favor da natureza.

Foi em 1914, que Marl Daniels – identificado como o primeiro superintendente-geral dos parques nacionais americanos – foi o pioneiro a levantar o questionamento sobre a necessidade de um planejamento bem feito e difundido sobre o desenvolvimento do turismo, especificamente dentro de parques nacionais – que era a única forma de definição de área natural na época (NEXUCS, 2012, p. 35). Depois desse questionamento de Marl Daniels, a ideia de parques nacionais teve grande projeção mundial, o que culminou na criação de vários deles em diferentes países como Austrália e África (NEXUCS, 2012, p. 37). Porém, os parques existentes ainda não possuíam padrões que pudessem ser seguidos no mundo, e, principalmente, as terminologias utilizadas não estavam de acordo.

Ainda segundo o Nexucs (2012, p. 38), foi em Londres, em 1933, que houve a primeira tentativa de padronizar esses termos e foram criados os seguintes: parque nacional reserva natural restrita, reserva de fauna e flora e reserva com proibição de coleta e de caça. Já nos Estados Unidos – em Washington – essa proposta foi feita em 1940, considerando os resultados obtidos a partir da primeira tentativa de padronização de Londres. Já no Brasil, foi só em 1965 que entrou em vigor a padronização decidida em Washington.

O engenheiro André Rebouças, inspirado na criação do Parque de Yellowstone, nos EUA, em 1876, foi o pioneiro a propor ideias sobre a criação de parques nacionais no Brasil. Ele até mesmo já sabia onde iniciar os projetos: Ilha do Bananal – a maior ilha fluvial do Planeta, hoje localizada no Parque do Araguaia – e Salto de Sete Quedas – foi a maior cachoeira em volume d'água do mundo, que desapareceu com a construção da hidrelétrica de Itaipu –, porém, a situação política do Brasil da época (de 1889 a 1930) não era favorável à criação de um espaço para esse tipo de política, pois a forte

influência do pensamento dos portugueses que chegavam ao Brasil fazia com que a percepção desse povo reinasse, e justamente o que os portugueses queriam era utilizar as riquezas e abundâncias do Brasil em seu próprio bem (NEXUCS, 2012, p. 53).

Foi então, apenas em 1937, que o primeiro parque nacional foi criado no Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, conforme ANEXO 1 deste trabalho, a partir do Decreto n.º 1.713, de 14 de junho de 1937 (BRASIL, 1937).

Os ciclos do café, do pau-brasil, da cana-de-açúcar, da soja e da madeira, que ocorreram no Brasil, tiveram forte impacto na degradação ambiental. Tratava-se de um período em que não havia regulamentação sobre nenhum tipo de atividade. Principalmente no período do café, essa falta de regulamentação facilitou a grande devastação de áreas para o cultivo do grão (NEXUCS, 2012, p. 54).

Com a devastação e a partir das percepções dos atores que foram se engajando ao processo, começaram a surgir diretrizes que regulamentassem o uso dessas áreas no Brasil. A seguir serão abordadas as características e conceitos importantes para que seja possível compreender melhor do que se tratam essas unidades.

2.2.2 Conceito e características do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

Como o próprio nome já diz, as unidades de conservação são espaços delimitados que foram criados para conservar áreas de importância ambiental e cultural. “Um dos grandes objetivos da criação de unidades de conservação é a manutenção de áreas naturais da forma menos alterada possível” (NEXUCS, 2012, p. 25). Essa conservação tem como alguns objetivos cuidar de espécies que já estão em extinção, além de evitar que outras entrem para essa lista; preservar tradições e culturas que possam estar ameaçadas e lidar com o crescimento econômico regional. A criação das unidades de conservação também permite que existam diretrizes para criar um melhor planejamento sobre como essas áreas deverão ser cuidadas, garantindo padrões para facilitar na sua conservação (CÂNDIDO, 2003, p. 69-70).

Outra questão importante referente à criação de unidades de conservação é que não apenas elas protegem as áreas, mas também colocam o ser humano em contato direto com o meio ambiente. Esse contato pode facilitar o entendimento de que o próprio cidadão faz parte desse meio e pode realizar atividades de lazer e recreação, ao mesmo tempo em que ocorre a educação ambiental – que auxilia na integração do homem com a natureza (CÂNDIDO, 2003, p. 71).

Neste momento é importante pontuar o que é entendido como unidade de conservação. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 2.º da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, entende-se como:

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, art. 2).

Essa lei garantiu a criação de dois grupos diferentes de unidades de conservação: de proteção integral, que são as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais (onde se enquadram também os parques estaduais), monumentos naturais e refúgios de vida silvestre, nos quais as restrições são maiores, pois o objetivo dessas áreas era o de preservar ao máximo esses ambientes (onde, muitas vezes, apenas o acesso para fins de pesquisa são liberados); de uso sustentável, como área de relevante interesse ecológico, reserva particular do patrimônio natural, área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva de fauna e reserva extrativista, nas quais o uso por parte do ser humano está liberado para fins de lazer – desde que seja feito de maneira a conservar a região e manter um contato que esteja de acordo com as condições estabelecidas pela lei. (NEXUCS, 2012, p. 120).

Na figura abaixo (FIGURA 1) é possível visualizar melhor quais são as atividades permitidas em cada categoria de unidade de conservação:

FIGURA 1 - TIPOS DE USO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Classe	Principais tipos de uso, contemplados na Lei nº 9.985/2000	Categoria de manejo
Classe 1 – Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; estação ecológica
Classe 2 – Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais e estaduais; reserva particular do patrimônio natural
Classe 3 – Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
Classe 4 – Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Reservas extrativistas
Classe 5 – Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reserva de desenvolvimento sustentável; refúgio de vida silvestre; monumento natural
Classe 6 – Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico

FONTE: DAP/SBF/MMA (2009).

No caso do objeto de estudo deste trabalho, o Parque Estadual Pico Paraná, como o próprio nome diz, trata-se de um parque estadual, e nessa categoria de unidade de conservação está liberado o seu uso para pesquisas científicas, atividades educacionais, além de atividades que coloquem os visitantes em contato com a natureza, com o principal objetivo de possibilitar a interpretação ambiental e realizar o ecoturismo (BRASIL, 2017). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a categoria de parque nacional é a que “possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza” (BRASIL, 2017).

É de responsabilidade das instâncias de governança do Poder Público (federal, estadual e municipal) e das representações sociais o processo de criação, manejo, implantação e acompanhamento das unidades de conservação, pois essas áreas estão diretamente relacionadas à ideia de bem-estar social que prega a Constituição de 1988, direcionando esse trabalho aos órgãos públicos – mas não apenas eles, pois órgãos privados também podem estar envolvidos (WANDERLEY-FILHA, 2015, p. 392).

Uma questão importante é que dentro da Lei de Unidades de Conservação institui-se que todas as unidades de conservação devem possuir um plano de manejo, o que não está sendo realizado, e, no Brasil, muitas delas ainda carecem da produção de um plano de manejo adequado.

De acordo com a Lei 9.985/2000 (SNUC), o plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com base nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão. (FERREIRA et. al., 2004, p.13).

Bertol e Campos (2011, p. 250) citam alguns dos problemas encontrados durante o processo de elaboração de planos de manejo no decorrer dos anos. De acordo com os autores, muitos dos planos eram feitos por especialistas de cada área específica, sem uma visão integrada e multidisciplinar da qual o assunto exigia o que, muitas vezes, fazia com que o plano não conseguisse estar de acordo com todas as necessidades das unidades de conservação. Outro aspecto ligado a esse fato, e citado por eles, é que quem elaborava esses planos, em grande parte, não tinha contato real com quem iria executá-los, o que fazia com que o elaborador nem sempre estivesse a par da realidade e das possibilidades dentro de uma UC, e quando o executor recebia o plano, muito do que estava ali não poderia ser colocado em prática.

São vários os problemas encontrados dentro da criação e do manejo das unidades de conservação no Brasil, o que se torna uma barreira para o desenvolvimento natural devido à importância dessas áreas, até mesmo para o ecoturismo, que está diretamente relacionado a elas, visto que, de acordo com as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (2006, p. 7), o Brasil possui inúmeras áreas naturais que recebem anualmente muitos turistas, e que com isso tem grande força para fortalecer a atividade turística no Brasil (gerando mais divisas), a partir da boa gestão das áreas e da criação de mais espaços com diversidade de atividades que podem ser realizadas neles.

Falando sobre números, em um relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente, (atualizado em 9 de agosto de 2016), existem 2.029 unidades de conservação no Brasil, totalizando 1.582.758 quilômetros quadrados de área. Dentre elas, aproximadamente 31% são áreas de proteção integral, e 69% são de uso sustentável. Com relação ao tamanho de área, 34% da área total refere-se às

unidades de proteção integral, enquanto que 66% são de áreas de uso sustentável, de acordo com o ANEXO 2 deste trabalho (BRASIL, 2016).

2.2.3 Ecoturismo em unidades de conservação

É importante salientar o valor do ecoturismo para a preservação das unidades de conservação, pois ele pode ser um incentivador para que essas áreas sejam criadas, a partir da percepção da sua importância e do quanto um espaço de terra pode ser desenvolvido para receber turistas, ao mesmo tempo em que possibilita uma forma de funcionamento que não agrida demais o meio ambiente. As próprias propriedades particulares que conseguem se estabelecer como unidades de conservação podem tirar bom proveito disso a partir da entrada de divisas que essa área pode trazer, desde que seja feita de maneira eficaz (NEIMAN, 2002, p. 96).

Para Neiman e Mendonça (2005, p. 39) “[...] pode parecer que esse universo de unidades de conservação é suficiente para proteger não só as amostras significativas dos ecossistemas brasileiros, mas também para garantir a perenidade e a biodiversidade”. Mesmo com todos os pontos positivos sobre a criação de unidades de conservação, aparentemente, quando se fala em quantidade, parece que há um número suficiente delas para que seja possível fazer uma boa preservação do meio ambiente. Porém, quando se fala de números em relação à quantidade total de área do Brasil e à quantidade de área limitada e protegida pelo sistema é perceptível o quanto ainda falta ampliar essa rede. Ainda segundo os autores, “levando-se em conta sua fragilidade (das UCs), seu grau de ameaça de destruição e sua importância para a conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção” (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p.39).

Não só por isso, mas também quando se fala sobre a qualidade das unidades de conservação no Brasil, que geralmente carecem de uma boa infraestrutura que possa atender bem aos visitantes e proporcionar uma educação ambiental adequada a eles. Também carece de mão de obra qualificada, assim como, e principalmente, carece de investimentos públicos e privados para que sejam adotadas medidas de melhoria e desenvolvimento dessas áreas (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 131).

Em alguns casos, percebe-se que a criação de unidades de conservação não acontece apenas em prol de um objetivo real de conservação de uma área importante, mas também como uma forma de compensação, vista por parte da gestão pública em relação às áreas que já foram e ainda serão desmatadas. Elas viriam com um “agrado”, uma “desculpa” e “compensação” pelo que já foi feito, ao invés de ser pensamento previamente antes de devastar certas áreas (MORSELLO, 2001, p. 27)

Com isso, já se pode entender a importância das unidades de conservação. O Ministério do Meio Ambiente também demonstra sua preocupação a esse respeito pelo fato do grande aumento de visitação nessas áreas e diz que é necessário “o estabelecimento de diretrizes e normas para que estas atividades sejam realizadas de maneira adequada e compatível” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p. 11). Compatível, principalmente, com as normas instituídas pela Lei de Unidades de Conservação, que traz como objetivo a conservação do meio ambiente.

Com isso, é necessário se estar atento às atividades que são realizadas nessas áreas e direcioná-las para um bom funcionamento e desenvolver boa infraestrutura. Atividades como *hiking*, caminhadas, observação de fauna e flora e cachoeirismo são algumas dessas possibilidades e devem ser realizadas de maneira sustentável, pensando-se no bem comum entre população local e visitantes.

A partir do que foi informado até o momento, sobre as características dessas áreas, será possível abordar mais especificamente o tema de estudo desse trabalho: o Parque Estadual Pico Paraná.

2.3 PARQUE ESTADUAL PICO PARANÁ

A partir do decreto n.º 5.769, de 5 de junho de 2002, segundo o ANEXO 3 deste trabalho, durante o governo estadual de Jaime Lerner, foi criado o Parque Estadual Pico Paraná, contando com uma área de 4.333,83853 hectares entre os municípios de Antonina e Campina Grande do Sul, no conjunto de serra chamado Ibitiraquire (que em tupi significa "Serra Verde") (PARQUE Estadual Pico do Paraná, 2017). A gestão do parque ficou a cargo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), responsável em desenvolver o

plano de manejo em um período de até cinco anos após o decreto entrar em vigor. Porém, esse plano não está pronto até hoje – 2017.

De acordo com o decreto (PARANÁ, 2002), o parque tem como objetivos principais a conservação da flora da região, além da fauna, solo e águas, e também o de desenvolver atividades que não prejudiquem ou causem alterações no ecossistema do parque, assegurando a conservação e sustentabilidade dessas atividades.

O Pico Paraná é a montanha mais conhecida dentro do parque e possui 1877 metros de altitude (PICO Paraná, 2017). Mas, além dessa montanha, existem várias outras ao seu redor com grande beleza e ótimas vistas para as demais serras próximas e para a baía de Antonina, como Caratuva, Itapiroca e Ciririca (FIGURA 2).

FIGURA 2 - PONTO QUE MARCA O CUME DO PICO PARANÁ E MONTANHAS AO REDORNA SERRA IBITIRAQUIRE



FONTE: Google Maps.

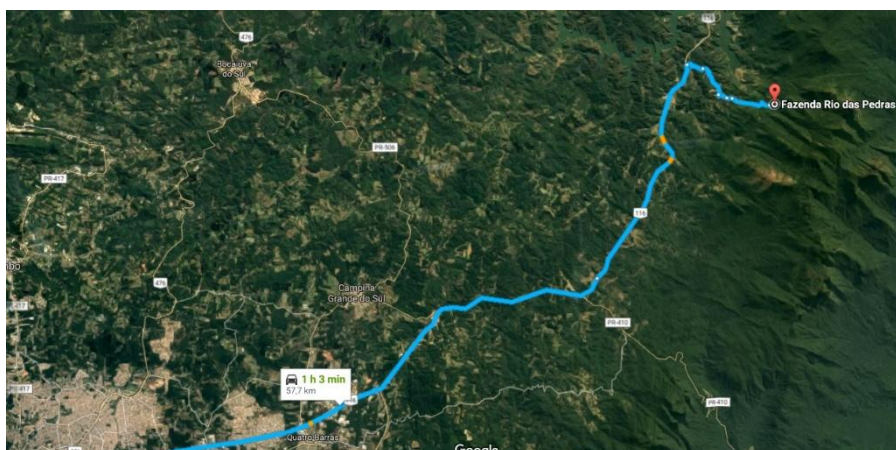
Sobre a primeira “conquista” ao maior pico do Sul do Brasil há um relato curto e detalhado sobre a investida de Reinhard Maack, pesquisador alemão que descobriu o Pico Paraná:

Foi descoberto pelo pesquisador alemão Reinhard Maack. Entre 1940 e 1941, Maack efetuou diversas incursões à Serra do Ibitiraquire com o objetivo de obter medições e anotações sobre a fauna e a geomorfologia da região. Naquela época ele registrou que o cume do Pico Paraná teria 1.922 metros de altitude [...]. Maack juntamente com os alpinistas Rudolf Stamm (1910-1959) e Alfred Mysing e com auxílio de tropeiros da região, partiram em 28/06/1941 com o objetivo de conquistar o cume da montanha. Stamm e Mysing conseguiram o intento em 13/07/1941. (PICO Paraná, 2017).

Para os desbravadores de hoje em dia, o acesso ao pico é bem mais fácil– não precisando de vários dias, ou meses, para se atingir o cume, como fez Maack em várias de suas investidas –e a trilha é bem demarcada com fitas refletivas e placas de sinalização que indicam o caminho para algumas das montanhas dentro do parque. Além disso, grampos e cordas foram fixados nas trilhas para facilitar e deixá-la mais segura até essas montanhas.

Para se chegar às fazendas Pico Paraná e Rio das Pedras, portas de entrada para as principais montanhas do parque, para quem sai de Curitiba, é preciso tomar a rodovia Régis Bittencourt (BR-116), sentido São Paulo (FIGURA 3).

FIGURA 3 – ACESSO DE CURITIBA À FAZENDA RIO DAS PEDRAS



FONTE: Google Maps (2017).

No quilômetro 48 avista-se o Posto Tio Doca, a partir deste ponto e seguindo mais 1,8 quilômetros de estrada, chega-se ao quilômetro 46 onde há uma placa indicando o Rio Tucum (FIGURA 4).

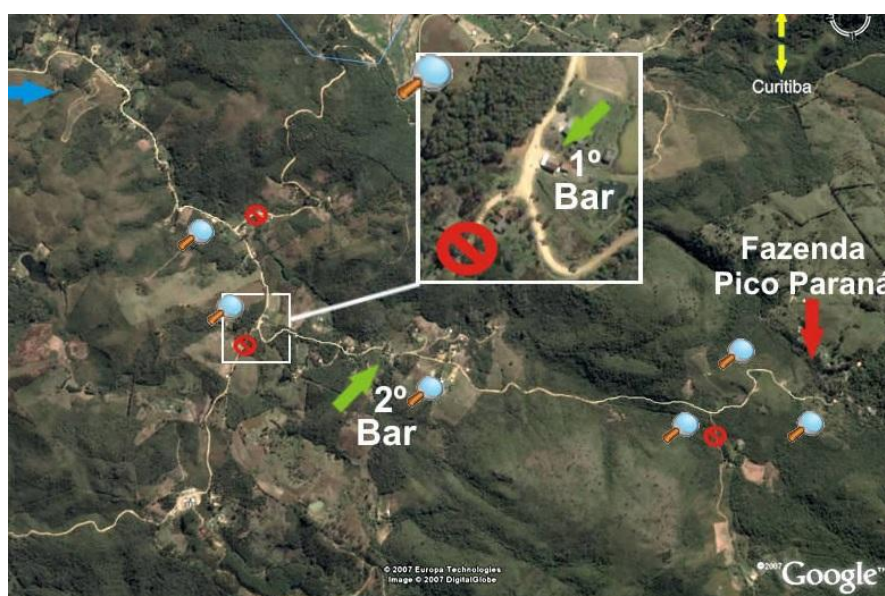
FIGURA 4 – ACESSO À FAZENDA PICO PARANÁ
NA BR-116



FONTE: Fazenda Pico do Paraná (2017).

Antes de passar pela ponte sobre este rio, há uma entrada de estrada de chão à direita da rodovia, que possui aproximadamente 5,5 quilômetros até chegar às fazendas. Placas de sinalização indicam os locais. Para se chegar até a Fazenda Rio das Pedras é obrigatória a passagem, também, pela Fazenda Pico Paraná (FIGURA 5).

FIGURA 5 – ACESSO À FAZENDA PICO PARANÁ POR
ESTRADA DE CHÃO



FONTE: Fazenda Pico do Paraná (2017).

Além de carro, é possível chegar de ônibus à fazenda Pico Paraná – e, consequentemente, à fazenda Rio das Pedras, pois é logo ao lado –, tomando o sentido Curitiba-Registro ou Curitiba-Rio Pardo, operado pela Viação Princesa dos Campos, e pedir ao motorista para desembarcar na parada seguinte ao ponto do Tio Doca, que é exatamente antes da ponte sobre o Rio Tucum. A partir deste ponto é preciso seguir a pé 5,5 quilômetros em estrada de chão.

Com relação ao acesso para as trilhas, hoje em dia a Fazenda Pico Paraná cobra o valor de R\$ 10,00 por pessoa, sendo esta cobrança feita logo na chegada ao local. Já na fazenda Rio das Pedras o valor também é de R\$10,00, mas é cobrado por carro. Ambas as fazendas possuem infraestrutura com banheiro, chuveiro e lanchonete.

A administração da Fazenda Pico Paraná foi alvo de críticas e manifestações por cobrar esse valor de entrada por pessoa sobre o acesso aos cumes dentro do parque. A manifestação se deu pelo fato de os visitantes entenderem que o acesso às montanhas deveria ser livre, e que o valor a ser cobrado deveria ser apenas pelos serviços prestados pela fazenda como estacionamento e banheiros.

Em julho de 2015, houve a desapropriação da passagem até o início da trilha para as montanhas do parque – o que deveria liberar o acesso gratuito aos visitantes – com o apoio de uma base do IAP.

Antes da desapropriação, visitantes e montanhistas tinham que caminhar por áreas particulares e o acesso era cobrado por fazendeiros da região. Com a desapropriação, criou-se um novo caminho para chegar ao parque onde não há porteiros. (IAP, 2015).

Após essa desapropriação a cobrança continuou sendo feita pelo dono da fazenda, pois não havia fiscalização por parte de nenhum órgão público ou privado. Foi então que a Fazenda Rio das Pedras foi descoberta como uma nova opção de acesso ao parque. Neste local o fazendeiro, como já falado anteriormente, cobra apenas o valor do estacionamento (R\$ 10,00 por carro) e o IAP abriu um novo acesso que deixava livre a entrada para as trilhas do parque (FIGURA 6).

FIGURA 6 – PLACA DE ACESSO AO PARQUE



FONTE: Harvey F. Schlenker/IAP (2017).

Foi apenas no final de 2016 que o IAP conseguiu investimento para incluir um centro de visitantes ao lado da Fazenda Rio das Pedras, onde voluntários trabalhavam ali todo final de semana fazendo o cadastro dos visitantes, com o objetivo de levantar informações mais detalhadas sobre o público e poder gerenciar melhor questões de segurança e emergência, além de passar um pequeno *briefing* sobre o parque e noções básicas de conduta em ambientes naturais – até então o único tipo de levantamento de dados era feito a partir de um cadastrado feito pelo administrador da Fazenda Pico Paraná, onde constavam informações como nome, placa do carro, telefone, data de chegada e saída, sem nenhum tipo de trabalho de educação ambiental ou conscientização.

No final do mês de março de 2017, a partir de alegações de que agressões, de acordo com o ANEXO 4 deste trabalho, estavam sendo feitas pelo dono da Fazenda Pico Paraná contra os voluntários e visitantes que se recusavam a pagar pela entrada em sua propriedade (que é passagem obrigatória até mesmo para quem irá deixar o carro em outra fazenda), o Projeto de Voluntariado no Pico Paraná foi suspenso sem data para reiniciar. Dessa forma, o levantamento de dados também foi suspenso. Com isso, percebe-se que a boa gestão do parque não depende apenas de uma boa

conduta dos visitantes no parque, mas que também uma intervenção do poder público em tornar essa área de livre acesso é necessária.

A partir de todas essas informações sobre o PEPP, inicia-se a discussão sobre os temas que embasarão este trabalho, como: perfil do visitante, percepção ambiental e qualidade de experiência.

2.4 PERFIL DO VISITANTE E ASPECTOS DA DEMANDA

O estudo de perfil do visitante (ou da demanda turística) é importante para poder segmentar o mercado e direcionar as ações de *marketing*, para que essas tenham um poder mais efetivo junto ao público que se espera atingir. Essas ações podem ser trabalhadas quando um local possui mais de um atrativo, assim atingindo mais de um público (BUENO *et al.*, 2011, p. 108). É necessária uma pesquisa de mercado para entender como o seu público pensa e o que espera do produto. Não é correto desenvolver ações de *marketing* sem que se conheça bem o perfil do cliente. (SWABROOKE, 2000, p. 4).

Para Watson (*apud* KATAOKA, 2004, p. 17) “em geral, é amplamente defendido que um maior conhecimento das características dos visitantes aumenta o profissionalismo do manejo das áreas silvestres e pode aumentar a qualidade dos serviços aos visitantes”.

Já Neiman e Mendonça (2005, p. 48) dizem que “nenhum negócio dará certo se não for dada atenção especial aos públicos preferenciais, por meio de um profundo e permanente conhecimento a respeito deles”. Ainda de acordo com os autores, é necessário analisar e detalhar quais são as necessidades especiais, desejos, características sociais e econômicas do público para poder adequar essas questões dentro da estrutura de um produto/serviço e conseguir atrair ainda mais pessoas.

Vasconcellos (2006, p. 32-33) também trata desse tema mencionando que o conhecimento sobre os perfis dos visitantes é importante para que o atrativo se torne envolvente e com características que interessem a eles. Ainda segundo a autora, existem alguns pontos necessários para caracterizar um tipo de público, como a idade, nível cultural, procedência, tempo disponível, motivações, interesses e necessidades. Com esses pontos fica mais fácil poder direcionar as pesquisas para compreender o público, a partir de questionários,

entrevistas, comentários, entre outros artifícios que facilitem no levantamento e catalogação desses dados.

Ashton e Garcia (2008, p. 193) também tratam a análise da demanda real como um ponto importante para trabalhar o planejamento turístico, principalmente nos casos de localidades que têm no turismo uma das únicas (se não a única) forma de geração de renda, ou também para aquelas que veem no turismo um forte potencial para desenvolvimento da região.

Como já falado anteriormente sobre ecoturismo, o ecoturista é, em grande parte, um público que mora no meio urbano e que busca um contato com a natureza em seu tempo livre para liberar o estresse do dia a dia, e que está em busca de atividades ao ar livre para relaxar (caminhadas curtas ou banhos de cachoeira) ou atividades que exigem mais do turista (*rafting*, rapel, etc.) (BUENO *et al.*, 2011, p. 112).

Tendo em vista as diferentes motivações e comportamentos do ecoturista, é muito difícil a definição de um perfil único para esse turista. Os adeptos do ecoturismo apresentam perfis diferenciados em função das diversas atividades motivacionais que determinam as características de cada público, abarcando, principalmente, uma faixa etária abrangente. Geralmente, os turistas desse segmento querem ver, sentir, cheirar, tocar e comer o inusitado; leem muito sobre o destino antes de planejar a viagem; anotam perguntas e querem respostas dos guias e do pessoal que os atendem; querem um tratamento personalizado e prezam pela segurança. (BRASIL, 2008, p.30).

Bueno *et al.* (2011, p. 112) traçam um perfil dos ecoturistas que, de acordo com eles, possuem de 25 a 50 anos de idade, têm curso superior e melhor poder aquisitivo. Ainda de acordo com os autores, essas pessoas ajudam na preservação ambiental na medida em que têm melhor consciência sobre seus atos e uma noção de cuidado com o meio ambiente, além disso, estão mais dispostos a aceitar locais com infraestrutura “alternativa”, visto que seu objetivo principal é o contato com a natureza.

Niefer *et al.* (2000, p. 60) descobriram, em seu estudo sobre o perfil do visitante do Parque Nacional de Superagui (PR), que grande parte dos visitantes dessa área eram jovens e que não se incomodavam com pouca infraestrutura do local, mas que poderia haver aumento na quantidade de visitantes caso essa infraestrutura também melhorasse. Além disso,

corroborando o que já foi citado acima, a renda salarial desses visitantes estava, em grande parte, acima da média da renda familiar média do Brasil.

Mesmo com essa ideia romantizada do ecoturista, a realidade não é tão bonita quando é “pintada”. Nem sempre o ecoturista pratica ações realmente sustentáveis, ou com uma plena consciência de seus atos, apenas deixando seu instinto e vontade (egocentrismo) passar por cima de questões éticas. Neiman e Mendonça (2005, p. 204) trazem uma visão mais “pessimista” sobre esse tipo de turista quando dizem que:

Generalizando, hoje o “praticante” quer um acesso fácil, rápido e garantido para aventura. E o mercado responde, oferecendo “*fastfood*” de aventura através da operação do turismo de aventura. [...] em resumo, tudo o que envolve a prática de atividades de aventura é deixado para um prestador de serviços, numa relação em que o consumidor entra com interesse e investimento de dinheiro e o operador proporciona uma experiência, através de uma atividade que antes só era acessível a pessoas cujas vidas eram intimamente ligadas com essas atividades. (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 204).

Percebe-se uma falta de importância e interação com o meio ambiente por parte do ecoturista. Mesmo aqueles que têm sua vida pautada em várias atitudes sustentáveis, aparentemente não vão atrás de empresas que realmente realizam suas atividades dentro de parâmetros sustentáveis nem ao menos se interessam em saber quais e como são essas ações. Aparentemente, até mesmo os mais preocupados com o ecoturismo deixam de lado essa preocupação para pensar apenas em seu bem-estar durante suas férias (SWARBROOKE, 2000, p. 16).

Na realidade, o ecoturismo já vem com uma grande carga por se tratar de uma atividade em um ambiente já mais frágil. Isso é perceptível pelo fato dos ecoturistas sempre estarem em busca de novas áreas, ainda mais exóticas e afastadas, para colecionar em sua lista de locais visitados – criando acesso e impactos (positivos e negativos) nessas áreas que até então não tinham muita visitação (SWABROOKE, 2000, p. 40).

A partir das informações expostas aqui é importante perceber o quanto o perfil dos visitantes é importante para se trabalhar no planejamento e gestão de determinada área. Para o ecoturismo ficou perceptível que ações podem ser desenvolvidas para que o visitante possa ter uma melhor percepção do local e

alterar sua maneira de agir em áreas naturais, para assim cuidar mais desses ambientes.

2.5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção, já citada por muitos autores como Piaget e Wundt, é o conjunto de sensações que o ser humano tem a partir das ações que ocorrem em seu meio. É a maneira como ele interpreta esses estímulos e os decodifica em sua mente para utilizá-los no seu dia a dia (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 99). Em 1973, a Unesco lançou o Projeto 13, chamado Percepção de Qualidade Ambiental, por meio do qual traz informações sobre a importância do estudo deste tema para o planejamento de ações relacionadas ao meio ambiente.

De acordo com Fernandes *et al.* (2004, p. 1), “percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo”.

A percepção ambiental é uma ótima ferramenta quando se fala em desenvolver no indivíduo uma conscientização em relação ao meio ambiente, entendendo sua importância e problemas que podem ser trabalhados. A partir dela o indivíduo pode se interessar em cuidar e respeitar ainda mais esse meio. Merleau-Ponty (*apud* RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 100) diz que as análises e estudos sobre esse tema devem ser feitos e entendidos a partir da maneira como o indivíduo percebe os espaços e não o contrário. Aí já se vê a importância de realizar estudos sobre a percepção ambiental para o desenvolvimento do ecoturismo.

[...] os estudos da percepção ambiental podem nos auxiliar a entender os valores, necessidades, julgamentos, atitudes e expectativas que determinados grupos têm em relação a uma dada paisagem de alguma forma vivida por eles. (TERAMUSSI *apud* SOUSA *et al.*, 2015, p. 287).

A participação do homem no processo de desenvolvimento de ações para o meio ambiente é de extrema importância, pois o coloca em contato direto com o meio, apresentando em detalhes quais são os fatos que ele

compreende sobre este meio e, a partir dessa percepção, os órgãos públicos e privados podem direcionar suas ações. O interessante desse processo é que cada indivíduo possui um sistema de reconhecimento e percepção diferente do outro, devido à sua criação, cultura e ao meio em que vive. Assim, as percepções são entendidas de maneiras distintas, o que traz uma pluralidade de entendimento para o ecoturismo (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 101). Apesar disso, essas diferenças também podem dificultar a maneira de se desenvolver projetos nesse âmbito, pois se deve levar em conta vários indivíduos distintos, com suas maneiras de pensar e diferenças.

A relação entre o homem e a natureza é uma relação que deve servir para a formação de caráter do indivíduo, a partir das percepções que ocorrem nesses momentos de interação entre os dois. Existem programas no Brasil – como o Pega Leve! – Que trabalham com o objetivo de desenvolver a percepção do viajante para que ele adquira mais respeito e apreciação pelas áreas naturais. Com isso, espera-se que essas ações façam com que o visitante, ao estar em contato com essas práticas ao realizar o ecoturismo e atividades relacionadas ao meio ambiente e se sentir parte do meio em que está, possa mudar seus valores e, cada vez mais, sua percepção (NEIMAN, 2005, p. 117-131).

De acordo com as noções que o indivíduo tem sobre o que é correto ou aceitável a partir de suas impressões, ele julga uma área e elabora a sua percepção sobre a mesma. Alguns fatores são essenciais para o desenvolvimento dessa percepção, como as experiências que o visitante já teve anteriormente, a estrutura do ambiente, o estado mental em que se encontra durante a visita, as pessoas que encontra, entre outros (TAKAHASHI; MILANO, 2002, p. 62).

O turista que não tiver uma percepção ambiental adequada pode vir a ser aquele que está diretamente ligado à degradação do meio, e muitas vezes sem saber que o está fazendo, como, por exemplo, os impactos que ocorrem em trilhas todas as vezes que um visitante sai do caminho original para evitar obstáculos ou, até mesmo, para poder sentir a sensação de “aventura” que o novo trecho pode trazer (NEIMAN, 2005, p. 132).

Esse tipo de ação apenas mostra que existe, de certa forma, um modo de aceitação por parte do ser humano em degradar um meio ambiente, e que ele a vê apenas como um gerador de recursos, algo que está à disposição de completar suas necessidades (com geração de impactos positivos e/ou negativos). De acordo com Neiman (2005, p. 160) “[...]pode-se dizer que a destruição da natureza, embora deixe alguns indignados, é aceita na maior parte de nossas atividades”.

Vasconcellos (2006, p. 11) traz uma linha de evolução um pouco antiga sobre a maneira de perceber a natureza por parte dos visitantes. De acordo com ela, no princípio o homem via a natureza como um meio do qual tirava proveito para si, mas os impactos ocorriam de maneira contida e localizada em determinadas áreas, para depois passar “para um estágio de agressão e conquista” (LAURIE *apud* VASCONCELLOS, 2006, p. 11).

Felizmente, com o passar dos anos, tem sido possível perceber que os visitantes estão criando uma maior percepção sobre os danos que podem causar ao meio ambiente, valorizando mais o ambiente natural e respeitando as populações locais. Criar esta percepção da natureza é importante para mostrar aos visitantes o quanto ela possibilita vivências diferentes e traz momentos indescritíveis, resultantes do que se é aprendido e percebido em uma atividade ao ar livre. E se essas experiências foram positivas, o visitante pode criar melhores percepções sobre o meio ambiente, assim como criar suas relações pessoais, profissionais, entre outras (NEIMAN, 2005, p. 156).

É importante ter em mente que não é apenas a população local e o meio ambiente que podem ser beneficiados com o turismo bem organizado, mas também o próprio turista, que se beneficia diretamente dessa relação. Porém, o turista precisa estar ciente de que está carregado de responsabilidades durante sua visita. É necessário que ele entenda a comunidade local como igual e não subalterna, que está ali para lhe servir. Essa percepção do ambiente auxilia no bom andamento do turismo (SWARBROOKE, 2000, p. 109).

Além disso, o turismo ocasiona um impacto muito grande nos turistas de várias maneiras. É possível citar impactos positivos, como a valorização de novas culturas, que podem estar em esquecimento; o interesse em aprender novas línguas; e a percepção de que existem outros modos de vida no mundo.

Já como impactos negativos verificam-se a desvalorização de certas culturas, que acabam sendo apresentadas apenas de forma teatral – sem razão real –, e a falsa percepção do turista de superioridade em relação ao povo visitado. (SWARBROOKE, 2000, p. 113).

Desse modo, a imagem de um guia ou condutor de ecoturismo é muito importante, pois é ele quem deve ter informações sobre a região e as repassar aos visitantes. A tarefa do guia é tentar mostrar ao visitante que ele faz parte desse meio e auxiliar na percepção das características que o cercam naquele ambiente, para que ele crie uma noção de respeito em relação a todos os seres vivos (BUENO *et al.*, 2011, p. 24).

De acordo com o Ministério do Turismo (2008, p. 28), é importante “focalizar os sentidos do visitante, de modo a estabelecer a conscientização das características singulares do ecossistema vivenciado”. Para realizar isso, é necessário que a atividade de ecoturismo seja feita de maneira a colocar turista e comunidade local em contato; estimular a curiosidade do visitante, para que ele tenha interesse em explorar e conhecer melhor o meio; interpretar os estímulos que chegam a ele; além de tentar tornar esse tipo de turismo mais acessível, para que cada vez mais pessoas possam ter esse tipo de contato, aumentando a chance de ter um público cada vez mais consciente sobre o meio.

Romagnoli *et al.* (2011, p.471) menciona sobre o quanto as regras podem ser importantes para essa noção de percepção ambiental do turista quando em visita a uma área natural. De acordo com eles, as normas, a princípio, podem parecer restringir as ações do visitante na área, por imporem limites em sua visita, porém, se essas regras forem bem implementadas, elas serão bem-vistas por parte dos visitantes, que podem ter uma noção de estarem mais seguros e sendo mais responsáveis com o meio. Essa percepção também pode ser afetada de acordo com a quantidade de pessoas que estão visitando a área, que pode ser um fator agravante para que se perceba uma realidade diferente da esperada durante a visita (CAMPOS; FILETTO, 2011, p. 84).

Sendo assim, a percepção ambiental é um instrumento muito importante, e é a partir dela que o indivíduo desenvolve suas perspectivas sobre um meio e as aplica no seu dia a dia, de acordo com o impacto dessas

percepções sobre ele. É importante notar que as ações desse indivíduo refletem diretamente no meio, assim como já dizia Neiman e Mendonça (2005, p. 161): “[...] se nossa atuação é definida pela nossa maneira de pensar, cada paisagem reflete a relação que temos com o mundo que nos cerca”. Essa passagem deixa clara a importância de realizar estudos em áreas naturais para que os benefícios dessa atividade sejam vistos por todos os envolvidos, desde o turista até o meio ambiente, e que todos possam ser impactados de maneira positiva.

2.6 QUALIDADE DE EXPERIÊNCIA

Hoje em dia os consumidores estão cada vez mais exigentes com relação ao que esperam de um serviço que adquirem. Em geral, eles buscam características que agreguem valor e que superem suas expectativas, e isso está diretamente ligado à subjetividade de cada pessoa, que coloca suas questões emocionais e pessoais em primeiro plano quando percebe um serviço (GAETA; NETTO, 2010, p. 13).

Para Gaeta e Netto (2010, p. 23), uma viagem não é apenas um deslocamento de um ponto ao outro por parte do turista, mas sim um momento de transformação, e essas transformações se devem a partir das experiências vividas e da maneira como elas foram vividas e percebidas pelo cliente. A qualidade de experiência é uma peça-chave para que seja possível trabalhar mais na relação da fidelização de um cliente. As qualidades que vêm junto à experiência – como segurança e infraestrutura – são itens de decisão de compra que os consumidores utilizam no seu dia a dia para definir quais são os produtos que preferem utilizar, e uma má infraestrutura ou um espaço com uma má gestão pode estar apenas jogando recursos fora se não se prestar mais atenção nesse detalhe (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 86-87). De acordo com Gaeta e Netto (2010, p. 31), “nem todo serviço ou viagem é uma experiência que mereça ser repetida ou que marque significativamente a vida de alguém”. Com isso, é de se esperar que o gestor ou proprietário de um atrativo ou área visitada tenha como objetivo a alta satisfação de visitação do turista, garantindo a qualidade de seu produto.

Segundo Soifer (2005, p. 9), “contudo, há expectativas comuns a todos: serem atendidos com cortesia, rapidez, boa vontade e de forma personalizada”. O autor também trata dessas características ao falar que “itens como acesso, saneamento, energia, comunicações, vias urbanas de circulação e capacitação de recursos humanos são imprescindíveis para que se possa desenvolver a atividade turística em sua plenitude” (SOIFER, 2005, p. 40).

Essas são as características vistas como comuns para todos os públicos em relação à qualidade de uma visita. Porém, quando se fala mais especificamente de cada perfil de visitante, é necessário entender suas particularidades. De acordo com Soifer (2005, p. 45), para que exista uma boa qualidade de experiência no turismo é importante que antes haja um entendimento sobre qual é o público que visita determinado local e quais são as especificações e necessidades dele. Apenas assim se consegue entender o que significa qualidade para cada perfil de visitante.

É a partir desse ponto que o *marketing* entra como uma ferramenta facilitadora nesse processo. O trabalho de *marketing* na questão da qualidade da experiência, em partes, é colocar em contato direto o produto e a demanda de uma maneira satisfatória, pois é essa demanda que irá consumir os produtos e serviços. É por isso que *marketing* e empresário devem entender o consumidor como o ponto principal dessa relação e trabalhar em todas as partes do produto turístico (ROSE, 2002, p. 22). Para Rose, (2002, p. 50) “o produto turístico é composto, além dos atrativos, pelos serviços que o turista necessita consumir para poder usufruir de forma mais satisfatória sua estada ou visita”.

O planejamento de uma região turística deve avaliar todas as prováveis ações negativas que podem vir a ocorrer no local, para prevenir grandes problemas que poderiam ter sido evitados. A cidade de Porto Seguro, na Bahia, pode ser citada como um caso em que o turismo não foi pensado em longo prazo, pois o aumento da demanda não acompanhou a melhoria da infraestrutura, que acabou ficando precária para a quantidade de pessoas que visitavam o local. Uma região com má infraestrutura acaba se tornando um local com menor qualidade de serviço, o que diminui a qualidade da experiência do visitante. E assim, qualquer investimento feito sem que haja um bom planejamento será visto como um investimento mal feito, onde tempo e

dinheiro são perdidos para que, no final, a experiência ruim de um cliente reflita em uma propaganda negativa do local (ROSE, 2002, p. 25).

Faz-se necessário também que o poder público e o privado trabalhem em conjunto para que a infraestrutura básica seja satisfatória tanto para a comunidade local quanto para os visitantes, assim como os serviços privados estejam de acordo com padrões de qualidade que poderão satisfazer às expectativas dos clientes. (ROSE, 2002, p. 41).

Uma questão importante é pensar que é necessário entregar ao visitante/turista algo além do que suas expectativas já haviam desenhado em seu imaginário, mas também é importante entender que a qualidade de experiência não está diretamente ligada apenas ao luxo ou a questões de refinamento, mas sim que a qualidade pode vir na forma de outros elementos, como atividades adicionais, pequenos mimos durante uma atividade, ou a surpresa desenvolvida para um grupo em questão (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 88-93).

Porém, não é fácil trabalhar com o conceito de qualidade de experiência quando o mesmo é tão subjetivo por estar de acordo com a percepção de cada pessoa em relação a uma situação. Manning (*apud* VIDAL *et al.*, 2013, p. 431) deixa claro que “a satisfação é um conceito multidimensional, podendo ser afetada por diversos parâmetros e ser dependente tanto do perfil do visitante quanto do tipo de atividade oferecida”. Neiman e Mendonça (2005, p. 88) também tratam desse tema falando que a percepção de qualidade dos visitantes pode depender, além de outros fatores, também da questão psicológica do indivíduo no momento da visita, e também da condição social em que o indivíduo está inserido.

Os estudos de capacidade de carga não são totalmente aceitos e implantados em todas as áreas de conservação devido às grandes críticas que existem sobre eles. Porém, um ponto importante a ser considerado é a capacidade de carga perceptiva, que é aquela que vem do visitante, ao perceber se a quantidade de pessoas no lugar está sendo um ponto positivo, neutro, ou negativo em sua visita. Segundo Swarbrooke, (2000, p.43), esse número afeta diretamente na experiência do visitante. Rose (2002, p. 53) também aborda esse tema, ao dizer que o estudo de capacidade de carga analisa qual é a quantidade máxima de pessoas que um ambiente consegue

receber sem que essa quantidade afete muito a qualidade de experiência de um visitante.

Já de acordo com Barros e Dines (*apud* CAMPOS; FILETTO, 2011, p. 84) muitos visitantes valorizam os ambientes onde não encontram muitas pessoas, o que lhes confere uma sensação de isolamento e contato direto com a natureza. Os resultados de pesquisa de Campos e Filetto (2011, p. 84) trazem essa informação sobre o quanto a quantidade de pessoas afetou a experiência dos visitantes na Serra do Cipó, em Minas Gerais. Dos visitantes que disseram que a quantidade de pessoas encontradas no local estava dentro do esperado, 62% consideraram que esse fato foi bom para sua visita. Com relação aos que consideraram que encontraram mais pessoas do que o esperado, de acordo com os autores, isso diminuiu a qualidade de sua experiência. Já os que disseram que encontraram menos pessoas do que o esperado, 86% acharam que isso melhorou a qualidade.

No Brasil, ainda se anda a passos lentos. Várias entidades e associações ligadas ao turismo no país não parecem incluir o tema da qualidade como uma pauta importante no seu dia a dia, pois a impressão é de que a questão ambiental e a social acabam ficando acima da importância em melhorar a qualidade de experiência dos visitantes em conjunto com os outros aspectos. Até mesmo dados de relatórios brasileiros já trouxeram várias informações sobre a qualidade da experiência do turista estrangeiro no Brasil, e em grande parte – 88% – sente-se bem satisfeito e diz que a experiência superou suas expectativas. Porém, mesmo com esse alto grau de satisfação, várias questões são pontuadas como negativas para a qualidade de sua experiência, como a má sinalização, trânsito e higiene (NEIMAN; MENDONÇA, 2005, p. 95).

Em resumo, quando uma expectativa não é totalmente cumprida, esta impacta diretamente na qualidade da experiência do visitante, segundo Kataoka (2004, p. 10-11), ao passo que uma expectativa bem atendida tem grande possibilidade de agregar valor à experiência do público e dar mais credibilidade para o atrativo, completa a autora. A partir dessa noção de qualidade de experiência, espera-se que os setores público e privado busquem mais ideias e inovações nesse sentido para que a sustentabilidade e a qualidade da experiência dos visitantes possam estar alinhadas e trabalhando

em conjunto. O bom andamento desses dois quesitos pode ser o ponto chave para uma ótima experiência vinculada à preservação ambiental.

2.7 TRILHAS

As trilhas são um dos meios pelos quais os visitantes podem ter acesso às áreas naturais. Este tipo de infraestrutura serve de apoio aos visitantes, mas também trata-se de uma forma de direcionar as atividades dos visitantes em certos espaços pré-definidos, evitando, assim, que uma área maior seja degradada.

Para Rangel, Martins e Guerra (2013, p. 246), as trilhas “possibilitam a aproximação dos visitantes ao ambiente natural e podem conduzi-los a um atrativo específico, tornando possível seu entretenimento ou educação por meio de sinalizações ou de outros recursos interpretativos”. E é por esse entendimento que, por exemplo, uma boa sinalização pode ser essencial para a melhora da qualidade da experiência, assim como auxiliar na educação ambiental dos visitantes do parque.

De acordo com as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente, as placas de sinalização devem conter algumas informações básicas para trazer ao usuário informações importantes que possam guiar sua visita (BRASIL, 2006, p. 31). Dentre essas informações é importante que conste a distância da trilha (em quilometragem) (FIGURA 7), duração aproximada, altimetria e pontos de água.

FIGURA 7 – PLACA INDICATIVA CONTENDO GRÁFICO DE ELEVAÇÃO



FONTE: Página High Elevation White Pines¹.

¹Disponível em: <<https://www.fs.fed.us/rm/highellevationwhitelines/Education/slow-spread.htm>>. Acesso em: 7 out. 2017.

Além disso, segundo Pietrochinski e Silva (2008, p. 34), existem algumas diretrizes a serem seguidas quanto à elaboração dessas placas de sinalização para que possam atingir da melhor maneira o usuário, conforme segue abaixo:

Evitar linguagem técnica: para muitos visitantes uma informação com linguagem técnica acaba confundindo e o desestimula a leitura das demais placas. *Evitar textos grandes:* da mesma maneira que o item anterior, o excesso de informação desestimula a leitura. *Evitar textos muito curtos e sem fluidez:* este cuidado é o inverso do tema anterior. Uma informação muito resumida pode não deixá-la clara, o que se tornará uma leitura desnecessária ao visitante menos consciente. *Tamanho das placas:* a placa não deve se sobressair sobre a paisagem, mas precisa ser notada. Portanto, deve ser de tamanho pequeno, apenas o suficiente para que o visitante possa observar. *Sinalização composta:* as placas devem ser compostas por dois elementos: pictograma e escrita. Esses devem ter conexão e sentido, um complementará o outro. *Material empregado:* É aconselhável que o material seja de origem natural, como por exemplo, a madeira, ou algum outro que não cause um impacto negativo, para dar ainda mais naturalidade ao ambiente. Deve-se ser usado apenas um tipo de material em todas as placas para dar uniformidade e padronização às mesmas” (PIETROCHINSKI; SILVA, 2008, p. 34).

Segundo estes autores (2008, p. 35) a sinalização turística auxilia justamente por trazer informações ao usuário, trazendo princípios de educação ambiental para sua visita, ao mesmo tempo que o informa sobre formas de conduta para garantir sua segurança e não afetar muito o meio ambiente (PIETROCHINSKI; SILVA, 2008, p. 34) (FIGURA 8).

FIGURA 8 – PLACA NO REFÚGIO DO PARQUE COM INFORMAÇÕES SOBRE A TRILHA, PARQUE NACIONAL IZTACCÍHUATL POPOCATÉPETL, MÉXICO



FONTE: Arquivo pessoal.

Além das placas, vários outros pontos são importantes no momento em que se projeta uma trilha, e existem inúmeros materiais já escritos que tratam diretamente desse tema. Dentre eles, uma das questões importantes para uma trilha é o escoamento de água de maneira correta. Segundo o Manual de Construção e Manutenção de Trilhas, da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (2009, p. 12), no momento em que se projeta uma trilha, espera-se que sejam dadas soluções para que a água possa escoar naturalmente para fora dela, sem que essa água se acumule. De acordo com o manual, o escoamento da água deve ser uma das principais atividades no planejamento e/ou manutenção de uma trilha, pelo fato de áreas alagadas poderem destruir a natureza naquele ponto (SÃO PAULO, 2009, p. 34).

E não é apenas a falta de escoamento de água que pode gerar grandes impactos na trilha, mas também o grande fluxo de pisoteio em um local pode gerar também alta erosão em locais que podem ser mais frágeis. Segundo Rangel, Martins e Guerra (2013, p. 249), esse pisoteio aumenta a compactação do solo, o que o torna mais suscetível a erosões e à perda de matéria orgânica. De acordo com o Manual de Construção e Manutenção de Trilhas, da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo, “nas áreas mais baixas, onde a água já não tem mais para onde ir, poças se formam. Quando a água começa a destruir sua trilha, os usuários passam a contornar o estrago feito. A trilha então começa a se alargar, ou formam-se múltiplos novos trilhos (SÃO PAULO, 2009, p. 37).

Porém ao se fazer uma trilha, torna-se mais fácil poder planejar exatamente quais são os aspectos importantes que devem ser levados em consideração em determinadas áreas para se buscar a melhor organização desses espaços, porém quando se fala em trilhas que já foram definidas sem conter antes um estudo, estamos falando de situações mais difíceis, pois deve-se trabalhar com base em estruturas já desenvolvidas, mas não de maneira ideal.

É sobre essas melhorias em trilhas já existentes que se tratará o projeto a ser desenvolvido para este trabalho. Porém, antes é necessário apresentar qual foi a metodologia definida para se alcançar os pontos a serem trabalhados nesse projeto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos e como eles foram aplicados durante o questionário e no decorrer das análises dos resultados.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

É a partir da pesquisa que é possível chegar a resultados focados no objetivo que o trabalho se propõe a atingir.

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p.17).

Para Dencker (2001, p.63), “a escolha da metodologia adequada irá variar conforme os objetivos da pesquisa e o problema que está sendo investigado”. Sendo assim, e a partir dos objetivos e problemas já expostos acima, a pesquisa será dividida em etapas.

Em primeiro lugar, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, a partir de levantamento bibliográfico de temas pertinentes aos assuntos que serão abordados. Também foi realizada uma entrevista com o gestor atual do parque, Harvey Schelenker, para entender qual poderia ser um assunto de interesse comum para esse trabalho e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a fim de que esse estudo possa servir como base para futuros desenvolvimentos de projetos para o instituto, e que as análises e resultados encontrados caminhem junto às necessidades do parque. Assim, não apenas foram levantados dados, mas também os mesmos poderão ser utilizados de maneira concreta.

Em seguida, foi feita uma pesquisa descritiva para analisar os dados mais palpáveis que devem ser encontrados, como o perfil do visitante, utilizando-se de dados secundários e aplicação de um questionário. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “são exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa *expostfacto*”.

O perfil do visitante foi estruturado a partir de dados secundários dos cadastros do Parque Estadual Pico Paraná –realizados por voluntários que atendem no centro de visitantes do parque. É importante ressaltar que nem todos os visitantes do parque realizam esse cadastro, pois existem dois acessos principais às trilhas do parque, e, portanto, apenas os visitantes que usam um dos acessos são registrados. Além disso, esses voluntários apenas atuam aos finais de semana e feriados.

Depois, foi realizada uma pesquisa quantitativa para compreender mais especificamente sobre a qualidade de experiência e percepção ambiental dos visitantes do parque, a partir de um questionário desenvolvido com perguntas abertas e fechadas, que foi enviado por meio de um formulário do Google Docs às pessoas envolvidas em atividades de ecoturismo e que estiveram no parque pelo menos uma vez, durante o período de janeiro de 2016 a julho de 2017.

Segundo Fonseca (2002, p. 20), os resultados de uma pesquisa qualitativa consideram uma parcela representativa, em números, de uma população, e assim “os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa”.

A população analisada e a técnica de amostragem variaram em cada um dos passos. No primeiro momento a população analisada é a mesma que teve seu cadastrado feito na base de atendimento ao visitante, já registrada por voluntários do local. Na segunda parte, como a divulgação foi *on-line*, foi enviado o questionário a pessoas que frequentam ou já tinham frequentado no mínimo uma vez o parque, pois possuem uma percepção sobre o local.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa são utilizadas a partir do momento em que se usam métodos científicos para fazer o levantamento de dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 36). Essas técnicas são importantes, pois são elas que irão direcionar o trabalho a definir e encontrar suas respostas, de acordo com a técnica que mais estiver de acordo com o que for necessário dentro do projeto de pesquisa.

Neste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para elaboração do marco teórico, para se levantar informações sobre os temas importantes para

este estudo a fim de se aprender e compreender mais sobre o tema. Além disso, após a tabulação dos resultados, outra pesquisa bibliográfica também foi feita para verificar se existe conexão com os resultados obtidos neste estudo, em relação a outros já realizados em áreas similares.

Também foi utilizada a pesquisa documental. Neste caso, foram analisados os cadastros dos visitantes do Parque Estadual Pico Paraná e documentos oficiais emitidos pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) sobre o parque, principalmente para levantar o número de visitantes e o perfil dos mesmos.

[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para caracterizar o parque, por meio de listas das atividades e infraestrutura proporcionadas no local, foi utilizada a pesquisa descritiva, que serve para levantar dados e pode ser feita a partir de questionário ou observação. Para facilitar este levantamento de características, foi analisado o material de Simões e Oliveira (2017, p. 7-8) no qual descrevem um método desenvolvido chamado RAPPAM (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management*), que é um método baseado no manejo de unidades de conservação e pode auxiliar na verificação de pontos fracos e pontos a melhorar em uma UC, além de auxiliar na prevenção de problemas nessas áreas. De acordo com os autores, esse método tem como principal objetivo:

[...] promover a melhoria de manejo do sistema. Embora o método possibilite comparações em ampla escala entre várias unidades de conservação, seu foco se dá na análise integrada do conjunto de áreas, ou seja, no sistema de unidades de conservação. Mesmo que o método seja aplicável a apenas uma unidade, ele não foi elaborado para responder questões específicas, podendo servir como 'alavanca' para identificar aquelas que precisam de estudos mais detalhados e identificar programas ou questões que possam garantir análises e revisões mais completas. Também pode ser muito útil como quadro referencial para o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento local, por fornecer critérios para a elaboração de indicadores específicos (SOMÕES; OLIVEIRA, 2017, p. 8).

Esse material também cita como importante o levantamento de informações sobre infraestrutura de transporte, equipamentos de trabalho, instalações físicas, infraestrutura para visitantes, manutenção dos equipamentos e instalações como pontos chave para se analisar melhor a infraestrutura de uma área.

Já Brasil (2004 p. 21) também cita que infraestruturas como transporte, hospedagem, trilha, sinalização e alimentação são os pontos que devem ser tomados em consideração por parte dos gestores das UCs no momento em que se faz levantamento desses dados.

Para se obter todos esses dados foi desenvolvido um instrumento de coleta de dados, que será detalhado no próximo tópico.

3.3 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 56), a coleta de dados deve se importar com três perguntas principais: “O que coletar? Com quem coletar? Como coletar?”. A partir das respostas obtidas fica mais fácil direcionar a coleta de dados para o objetivo do trabalho.

Neste trabalho foram coletadas informações sobre a percepção ambiental e a qualidade de experiência dos visitantes. Já o perfil do visitante foi coletado a partir de pesquisa descritiva, com documentos oferecidos pelo Grupo Paranaense de Montanhismo e pelo IAP.

Também foram realizadas entrevistas com visitantes do parque para o levantamento de perguntas que foram importantes para delineamento do trabalho. Por meio dessas entrevistas houve o contato com os voluntários e o próprio gestor do parque, uma oportunidade de ouvi-los e saber quais eram suas necessidades e quais perguntas eles imaginavam ser importantes para incluir no questionário.

Durante as entrevistas, as perguntas foram direcionadas a fim de se saber quais são os pontos positivos e negativos percebidos por esses atores em relação ao parque, assim como quais são as percepções que eles têm sobre áreas parecidas em outros locais.

Além desse contato direto, também foram tomados como base textos da bibliografia, que foram adaptados e modificados para que se adequassem às necessidades do trabalho.

Após essas entrevistas e levantamentos de bibliografia, foi elaborado um questionário piloto, que focava em questões abordadas pelos entrevistados. O questionário foi aplicado no formato *on-line*, a partir de um formulário elaborado na plataforma Google Forms, e teve como propósito construir e validar uma escala do tipo Likert “que objetiva verificar o nível de concordância do indivíduo com uma proposição que expressa algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico” (MIRANDA et. al., 2009, p. 106).

Neste questionário piloto foram levadas em consideração informações sobre monitoramento e gestão de impactos, tomando como modelo o Manual de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação em Unidades de Conservação, elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2011, p.10-17), assim como dados coletados a partir da pesquisa descritiva e informações entendidas como importantes para serem avaliadas no desenvolvimento deste trabalho. Além disso, as informações coletadas a partir das entrevistas feitas com os visitantes foram de bom uso para o desenvolvimento do questionário.

Foi utilizada uma pequena amostra para se verificar o nível de compreensão e se as perguntas realmente pareciam relevantes a quem as respondeu. Após verificar o resultado desse questionário piloto, foi elaborado o questionário definitivo (também elaborado na plataforma Google Forms), que foi aplicado no formato *on-line* durante o período de uma semana.

3.4 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a tabulação dos dados foi utilizada a plataforma Excel, na qual foram elaborados gráficos, preenchidos de acordo com as respostas referentes ao perfil do visitante, qualidade de experiência e percepção ambiental, e que foram retiradas das entrevistas. Além disso, o próprio Google Drive forneceu gráficos prontos com os resultados numéricos e percentuais da pesquisa aplicada.

Com relação às perguntas abertas, foram analisadas as respostas mais recorrentes para entender quais eram as questões mais presentes na percepção dos visitantes.

Sobre a interpretação destes dados, Gerhardt e Silveira (2009, p. 58) dizem que ela é necessária para verificar “se os resultados observados correspondem aos resultados esperados pelas hipóteses ou questões da pesquisa”. Para isso, foi feita uma análise quantitativa, a partir dos dados retirados desse levantamento, para que fosse possível compreender qual é a realidade da visita ao parque – se ela é satisfatória ou não a partir da percepção dos visitantes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Sobre o levantamento dos usuários, Takahashi (1998, p. 9) já dizia que "informações sobre uso e usuários são pré-requisitos para preparar planos de manejo concretos", ou seja, deve-se levar em conta que tendo dados sobre as pessoas que visitam as Unidades de Conservação torna-se mais viável preparar planos e ideias para melhorias no local.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Para atingir o primeiro objetivo proposto por este trabalho, foram analisados 237 cadastros realizados pelos voluntários que se encontravam na base do IAP, na fazenda Pico Paraná, participantes do Projeto de Voluntariado no Parque Estadual Pico Paraná – PEPP. Cada grupo de visitantes que chegava ao parque recebia apenas uma ficha de cadastro, na qual deveria informar a quantidade total de participantes de seu grupo, o que totalizou o número de 915 pessoas registradas no período de 2 de novembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Torna-se importante salientar que não foram coletados dados em todos os finais de semana, pois não havia voluntários na base para atender aos visitantes, principalmente, em finais de semana em que a previsão do tempo marcava condições desfavoráveis para a prática de atividades no parque.

Uma informação importante e que impacta no estudo é referente à dificuldade de traçar um perfil dos participantes, com relação ao sexo, pelo fato de em muitos registros não constar esta informação (requisitada no formulário de pesquisa) pois o voluntário deixou de completar o cadastro corretamente ou o cadastro foi feito com letra ilegível, impossibilitando a contagem de homens e mulheres que visitaram o parque.

Outra informação relevante para esta análise do perfil do visitante é que nem todas as pessoas que visitam o parque têm acesso ao posto do IAP para fazer seu registro, pois existem outras fazendas que permitem o acesso do visitante sem realizar cadastro, portanto, este estudo será realizado com base em uma pequena amostra do perfil do visitante.




4.1.1 Perfil geral do visitante

Partindo desses pressupostos, foi constatado que os períodos em que o parque mais recebeu visitas estão relacionados a feriados. A pesquisa apontou que em um final de semana comum as visitas variavam entre um número de 10 a 50 pessoas e nos feriados chegava a 84 pessoas registradas por dia (Tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO DE VISITAS NO PARQUE E QUANTIDADE DE ACAMPAMENTOS

DATA	DIA DE SEMANA	Nº DE VISITANTES	Nº DE PESSOAS QUE ACAMPARAM
NOV/16			
02/11/2016	Quarta	36	0
14/11/2016	Segunda	46	7
DEZ/16			
03/12/2016	Sábado	19	3
04/12/2016	Domingo	16	0
17/12/2016	Sábado	33	21
18/12/2016	Domingo	12	0
24/12/2016	Sábado	14	10
JAN/17			
01/01/2017	Domingo	10	4
04/01/2017	Quarta	6	4
05/01/2017	Quinta	4	0
07/01/2017	Sábado	19	5
08/01/2017	Domingo	36	9
14/01/2017	Sábado	14	2
15/01/2017	Domingo	41	12
21/01/2017	Sábado	25	3
22/01/2017	Domingo	25	3
FEV/17			
04/02/2017	Sábado	78	16
11/02/2017	Sábado	67	23
12/02/2017	Domingo	15	0
18/02/2017	Sábado	84	11
19/02/2017	Domingo	63	10
25/02/2017	Sábado	84	25
26/02/2017	Domingo	71	31
27/02/2017	Segunda	75	24
28/02/2017	Terça	22	0
TOTAL:		915	223

LEGENDA

 FERIADO  FIM DE SEMANA  DIA DE SEMANA

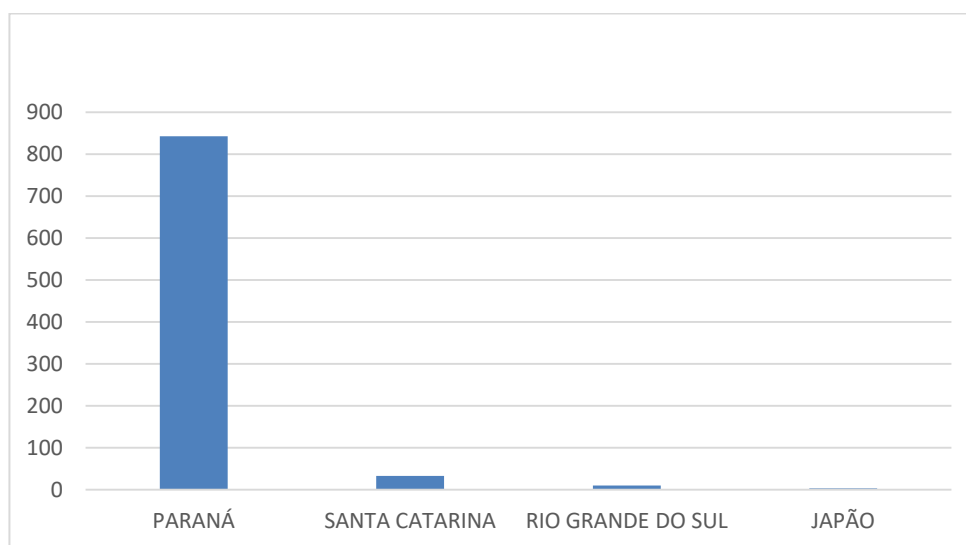
FONTE: A autora (2017).

Essa quantidade de visitantes, principalmente nos finais de semana, pode, em um primeiro momento, parecer algo preocupante, porém existem questões além dos números que também podem ser analisadas. Takahashi (1998, p. 10) explica que não é apenas a quantidade de visitantes em um local que poderá gerar impactos negativos, mas também a maneira como esse local é utilizado pelos visitantes, partindo desse pensamento é possível concluir que pequenos grupos podem até mesmo serem mais prejudiciais à Unidade de Conservação do que grupos maiores, caso não saibam como conduzir corretamente sua visita.

Com relação à quantidade de mulheres e homens percorrendo a trilha, dentro dos 915 cadastros, apenas em 795 deles foi possível analisar o nome e o gênero da pessoa – pois nem todos continham esta informação e o restante (120 pessoas) estava ilegível –, dentro destes 39,1% eram mulheres e 60,9% homens.

No que se refere à procedência dos visitantes, no período da pesquisa, foi constatado que 94,8% são provenientes do estado do Paraná. Os outros dois estados que visitaram o parque foram: Santa Catarina (3,7%) e Rio Grande do Sul (1,1%). Houve também um cadastro de três visitantes provenientes do Japão (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES



FONTE: A autora (2017).

O levantamento realizado também verificou sobre a quantidade de grupos que levavam lanternas, item essencial em um ambiente que conta apenas com luz natural e caso os visitantes estejam fazendo a trilha na parte noturna. Do total de grupos, 77% possuía pelo menos uma lanterna e 23% não levava nenhuma lanterna para casos de emergência.

E, por último, quando analisada a idade dos visitantes, constatou-se que a grande maioria (41%) está na faixa etária de 20 a 29 anos, seguido de 25% de visitantes que estão entre 30 e 39 anos. Apenas 1% de visitantes na faixa de 0 a 9 anos, ao passo que a faixa etária de 60 a 69 anos representou 5% do total de visitantes.

Na sequência, após análise dos questionários do IAP, os próximos dados levantados por questionário aplicado pela autora revelam a percepção ambiental e qualidade de experiência dos visitantes.

4.1.2 Percepção ambiental e a qualidade de experiência do visitante

Para a segunda parte da captação de dados sobre os visitantes, foi aplicado um questionário pela autora do trabalho para analisar as questões sobre a percepção ambiental e a qualidade de experiência do visitante.

A aplicação do questionário online ocorreu do dia 26 de junho de 2017 ao dia 3 de julho de 2017. Durante o tempo em que esteve disponível no

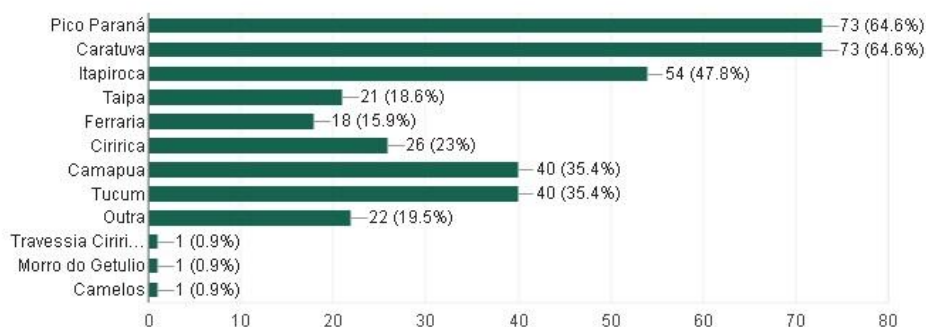
formulário do Google Docs², 113 pessoas responderam a ele. O questionário era anônimo e todas as perguntas eram obrigatórias para finalizá-lo. Sua divulgação foi feita por meio de postagens em grupos de montanhistas do Facebook, como “Montanhoso” e “Projeto Voluntário Pico Paraná”, com o objetivo de atingir pessoas que já estiveram na região.

Conforme descrito na metodologia, apenas as respostas dos participantes que estiveram no parque, entre janeiro de 2016 e julho de 2017, seriam consideradas, para se ter um alcance mais real da situação atual do parque. Das 113 respostas, 10 delas foram excluídas porque os visitantes estiveram no parque antes de janeiro de 2016. Sendo assim, foram validadas 103 respostas no total.

Das opções de trilha que existem no parque, o Pico Paraná e o Pico Caratua foram as que mais tiveram participantes, com 73 em cada uma delas, seguidos pelos picos Itapiroca, Camapuã e Tucum (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2 – TRILHAS REALIZADAS PELO VISITANTE

Qual das trilhas você realizou lá?



FONTE: A autora (2017).

Dos entrevistados, 98,2% dos participantes disseram saber que a área onde está localizado o Pico Paraná é um parque estadual. E quando questionados sobre o conhecimento que possuem sobre Unidades de Conservação, 82,3% disseram que sabem o que são, enquanto que 16,8%

² Disponível em:

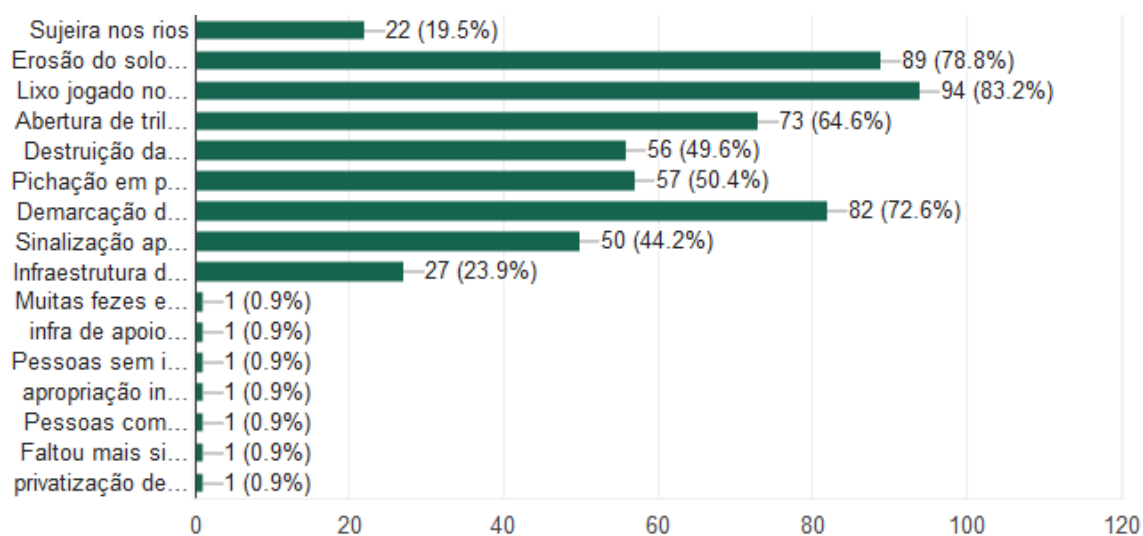
<https://drive.google.com/open?id=1yXWxaYgUwpj_Wybn2MbXa0peFVQ0XX0h525BzJKT_6Y>.

informaram já terem ouvido falar sobre o termo, porém não tinham muito conhecimento sobre do que se tratava, e apenas 1 pessoa (0,9%) disse não ter conhecimento sobre Unidades de Conservação. De qualquer forma, 90,3% dos entrevistados disseram à outra pergunta (Unidades de conservação têm importância significativa para o meio ambiente?) que as UCs têm uma importância significativa para o meio ambiente.

Outro dado averiguado foi que dos participantes, 96,5% disseram que além do PEPP, também visitam outras áreas de conservação (nesse ponto a pergunta foi alterada para o termo áreas naturais ao invés de Unidades de Conservação porque foi pressuposto que talvez muitos dos entrevistados não saberiam apontar quais áreas naturais que visitam são Unidades de Conservação). De acordo com as respostas, os motivos mais citados no que se refere a levar os participantes a visitarem as UCs (ou áreas naturais) foram: o contato com a natureza; a busca pela tranquilidade e ar puro, que não são encontrados na cidade; a busca por novos desafios e se colocar em novas situações; a realização de atividades físicas; conhecer novos locais; praticar montanhismo; tirar fotos. Além disso, 92% dos entrevistados afirmaram que a paisagem influenciou na escolha de visitar o PEPP.

Os entrevistados foram questionados também sobre algumas situações que eles presenciaram durante sua visita ao parque (Gráfico 3). As mais citadas foram “lixo jogado no chão” (83,2%), “erosão do solo/alargamento de trilha” (78,7%), “demarcação de trilha” (72,6%) e “abertura de trilhas secundárias” (64,6%). Outros pontos citados foram destruição da vegetação, pichação em pedras e sinalização apresentando o parque e com informações sobre o local. Além disso, a pergunta permitia que os entrevistados escrevessem outros pontos além dos que já estavam na pesquisa, e dois pontos foram levantados: “Muitas fezes e papel higiênico sujo na trilha. Fora outros tipos de lixo” e “pessoas com muita bebida alcoólica”.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE VISITAS POR MONTANHA NO PARQUE



FONTE: A autora (2017).

Sobre a sinalização do parque, no geral, os resultados foram satisfatórios para os entrevistados, visto que 32,7% estão satisfeitos com a sinalização, e 23,9% disseram estar muito satisfeitos com ela.

Com relação à ação do poder público junto ao PEPP, os entrevistados foram questionados sobre acreditar que o poder público poderia fazer algo para melhorar o PEPP. Das respostas recebidas apenas duas pessoas disseram que não, enquanto as outras deram sua opinião sobre isso. Dentre as respostas, as maneiras de intervenção do poder público mais citadas foram: Fiscalização dos visitantes; fiscalização dos donos das fazendas de entrada; fornecer informação e orientação aos visitantes; melhorar a infraestrutura; desenvolver um plano de manejo; tomar a gestão do parque para si; fazer trabalhos de educação ambiental com crianças.

Uma das respostas mais completas recebidas e que enfatizam a preocupação pela participação do poder público na conservação dos parques seria:

“Instalar placa na entrada oficial do parque, com normas de visitação e cuidado com a natureza (educação ambiental), história do parque, medidas de segurança, além de reforçar quais associações e clubes cuidam também do parque (como reconhecimento a estes) e que é um parque de entrada gratuita. Coibir desmandos de propriedades do entorno, que cobram entrada, além de estacionamento de visitantes e dizem ser propriedade particular. Ajudar, com equipamento de rádio, os voluntários que cuidam do parque e para o resgate de visitantes, enfim, para a segurança de todos. Criar mutirões com o pessoal da limpeza das cidades para acertar a trilha,

tapar canaletas de voçoroca, ao menos antes do inverno, período mais visitado, para mostrar cuidado com o parque, hoje mantido apenas pelos voluntários; sendo o Estado o responsável apenas no papel.” (DEPOIMENTO ANÔNIMO, 2017).

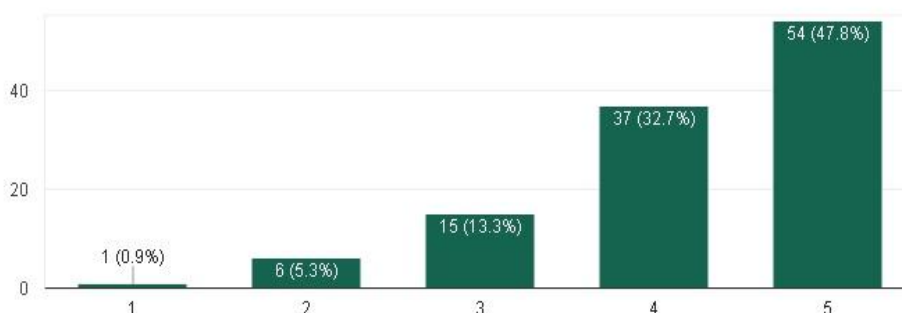
Sobre as instalações físicas, equipamentos e recursos humanos do parque, 31% dos visitantes discordaram de que esses elementos estavam de acordo com o que se espera dentro de um parque, enquanto que 31% deles não discordaram nem concordaram e apenas 5,3% concordaram totalmente que estavam de acordo com o que se espera.

Já quando questionados sobre os recursos humanos do parque, 40,7% discordam de que os funcionários encontrados no local estavam qualificados para informar sobre normas de conduta e informações de segurança nas fazendas. Outros 19,5% não discordam nem concordam e 4,4% disseram estar totalmente de acordo ao dizer que existem profissionais qualificados no local, o que pode ser um problema visto que, de acordo com Fidélis *et al* (2015, p. 220), existir pessoas preparadas para passar informações sobre educação ambiental aos visitantes de áreas naturais melhora significativamente uma visita, tornando-a mais completa por vir repleta de informações sobre o local, e a percepção dos visitantes é a de que não existem funcionários para desempenhar esse papel..

Quanto à qualidade da experiência vivida no parque, 47,8% dos entrevistados concordaram que foi satisfatória a qualidade da experiência vivida no parque, enquanto que apenas 0,9% disseram que a experiência não foi em nada satisfatória (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4 – QUALIDADE DE EXPERIÊNCIA VIVIDA NO PARQUE

É satisfatório o nível de qualidade da experiência vivida no parque?

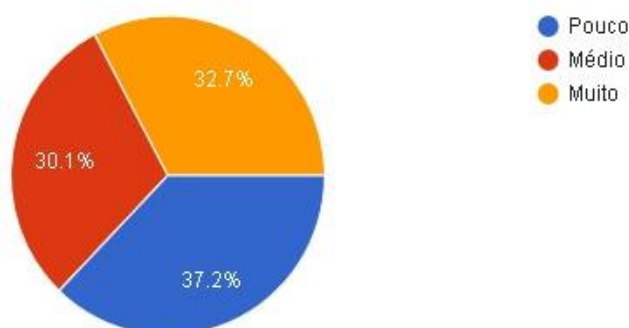


FONTE: A autora (2017).

Sobre a estrutura oferecida pelo parque, apenas 6,2% disseram que estão de acordo sobre o parque ter estrutura suficiente para atender aos visitantes, perdendo para a porção de 23,9% que estão em total desacordo com a estrutura do parque.

Com relação a questões mais específicas, dois temas principais foram abordados: quantidade de lixo encontrada na trilha e quantidade de pessoas encontrada na trilha. Sobre a quantidade de lixo, as opiniões dividem-se, pois 37,2% consideram pouca a quantidade de lixo encontrada na trilha, 30,1% julgaram a quantidade de lixo estar na média, enquanto que 32,7% classificaram como muita a quantidade de lixo encontrada a trilha (GRÁFICO 5).

GRÁFICO 5 – CLASSIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE LIXO NA TRILHA
Como você classifica a quantidade de lixo encontrado na trilha?



FONTE: A autora (2017).

No que diz respeito à quantidade de lixo encontrada na trilha afetar a experiência do visitante do parque, 25,7% dos entrevistados concordaram que a quantidade de lixo encontrada na trilha afetou negativamente a sua experiência no parque, já outros 24,8% não concordaram nem discordaram, contra os 17,7% de entrevistados que informaram que o lixo não afetou de forma negativa a sua experiência.

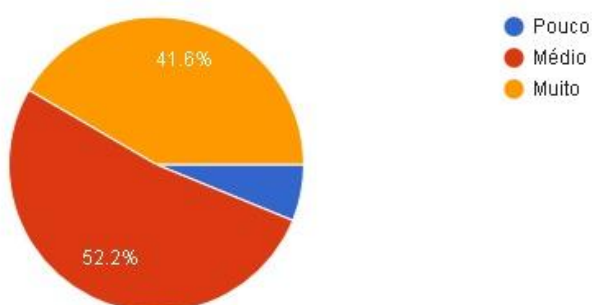
Sobre isso foi questionado o porquê das respostas dos entrevistados. Dentre as principais respostas citadas, encontram-se comentários sobre considerar o lixo uma falta de respeito com o meio ambiente; que o lixo atrapalha a questão visual e olfativa na trilha; que áreas de conservação não deveriam ter lixo e isso demonstra a falta de conscientização de outros visitantes; que afeta a flora e a fauna do local; alguns ainda disseram que recolhem o lixo que encontram no caminho para jogar em alguma lixeira e que essa preocupação e peso extra do lixo acaba os sobrecarregando durante a caminhada. “É triste ver algo tão belo ser destruído aos poucos. Sobra gente e falta conscientização ambiental” (DEPOIMENTO ANÔNIMO, 2017).

Foram poucos os comentários das pessoas que não consideraram que o lixo afetou sua experiência, em sua maioria, apenas disseram que não esperavam que fosse possível encontrar uma situação melhor no parque, visto que já tinham alguma experiência ou visita em áreas similares onde constataram ter muito lixo, portanto já esperavam isso do local.

Sobre a quantidade de pessoas encontradas na trilha, os dados revelam que apenas 6,2% das pessoas classificaram como pouca a quantidade de pessoas encontradas na trilha, contra 41,6% que classificaram como muita a quantidade de pessoas e 52,2% classificaram como média a quantidade de pessoas na trilha (GRÁFICO 6).

GRÁFICO 6 – CLASSIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAS ENCONTRADAS NA TRILHA

Como você classifica a quantidade de pessoas encontradas nas trilhas durante a realização da sua atividade no parque?



FONTE: A autora (2017).

Com relação a como isso afetou a experiência dos visitantes, 25,7% disseram que não concordam que isso afetou a sua experiência de forma negativa, enquanto que 15% concordam totalmente que isso afetou de maneira negativa. O restante dos entrevistados classificou que a quantidade de pessoas afetou parcialmente a qualidade da sua visita.

Os motivos citados como aqueles que influenciaram de forma negativa a experiência dos visitantes foram principalmente: o fato de encontrar pessoas sem consciência ambiental atrapalha a atividade; quanto menos pessoas forem encontradas, melhor para a atividade; por ver situações que não deveriam ocorrer nessas áreas (fogueira, lixo); por atrapalhar o andamento da atividade, pois se há muitas pessoas, formam-se filas nas trilhas; pela poluição visual; pelo fato de querer fugir da cidade para evitar excessos e continuar encontrando na trilha muito som, gente e barulho; por encontrar pessoas despreparadas, que não combinam com o lugar.

Outro fator analisado na pesquisa foi sobre a questão da segurança no parque, 26,5% dos entrevistados discordaram totalmente com a afirmação de que o parque está preparado para atender os visitantes com segurança, contra apenas 6,2% que disseram que o parque está, sim, preparado nesse sentido. O restante dos entrevistados não concorda nem discordam sobre o parque estar preparado no quesito segurança para os visitantes.

Sobre a expectativa dos visitantes em relação à sua visita ao parque, mais da metade (52,2%) dos visitantes afirmaram ter alcançado totalmente suas expectativas, seguindo de 31% que disseram que ter alcançado em partes suas expectativas. Apenas 3,5% disseram que discordam do fato.

No que diz respeito à opinião do visitante sobre voltar ao parque, 98,2% dos entrevistados disseram que voltariam ao parque, contra apenas 1,8% dos que disseram que não retornariam (GRÁFICO 7). Dentre os motivos relatados pelos visitantes para o fato de que voltariam ao parque: voltariam para conhecer outras montanhas da região; por gostar do local e da experiência que têm lá; por que apesar dos problemas, a experiência especial no local é maravilhosa; pelo fato de acharem o lugar mágico. Inclusive em seu depoimento, um dos visitantes completou dizendo “irei até quando meus

joelhos permitirem” (DEPOIMENTO ANÔNIMO, 2017). Outro ponto também citado por um entrevistado foi sobre a facilidade de acesso e a proximidade com a cidade de Curitiba, e isso o encoraja a voltar ao parque, mesmo que, em outro momento da pesquisa, outros entrevistados tenham citado a localização do local como um dos fatores negativos para a visita do PEPP.

GRÁFICO 7 – OPINIÃO DOS VISITANTES SOBRE VOLTAR AO PARQUE
Você voltaria ao parque para realizar mais atividades?



FONTE: A autora (2017).

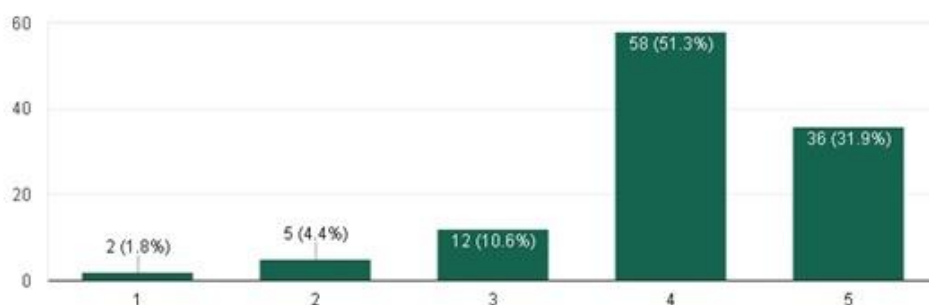
Quanto a recomendar o parque como ponto de visitação a outras pessoas, 97,3% dos entrevistados disseram que recomendariam o parque, contra 2,7% que disseram que não recomendariam. Para aqueles que recomendariam, os principais motivos citados seriam: pelo contato com a natureza; pela beleza do local; para se ter uma experiência diferente; pela facilidade de acesso. Já os que disseram que não recomendariam o parque citaram que o acesso   difícil e que a experiência foi ruim, inclusive um dos entrevistados disse que não recomendaria para que outras pessoas não passassem raiva.

Os entrevistados também foram questionados sobre o nível de satisfa o durante sua visita, considerando todos os pontos envolvidos em sua visita, como a estrutura, mão de obra, segurança, lixo e qualidade de experiência, sendo que 51,3% dos entrevistados posicionaram-se satisfeitos, 31,9% disseram ter ficado muito satisfeitos, o que resultou em um  ndice de 83,2% de satisfa o para a pesquisa. 15% dos entrevistados se posicionou

com um médio nível de satisfação, enquanto que 1,8% disseram estar extremamente insatisfeitos (GRÁFICO 8).

GRÁFICO 8 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES QUANTO À VISITA AO PARQUE

Considerando todos os pontos, qual é seu nível de satisfação com relação à visita ao PEPP?



FONTE: A autora (2017).

O próximo tópico traz uma discussão desses resultados em comparação com outros autores para poder corroborar os dados apresentados ou demonstrar diferenças encontradas em análises feitas em outros locais.

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, serão comparados os resultados encontrados nesta pesquisa com o que outros autores já estudaram sobre o assunto, para, assim, verificar se a situação encontrada no PEPP é a mesma encontrada em outras regiões.

Sobre o conhecimento dos visitantes em relação às áreas naturais e à visita que realizam nessas áreas, o resultado da presente pesquisa sobre a percepção ambiental dos visitantes vem em concordância com o que Campos e Filetto (2011, p. 80) tiveram em sua pesquisa, na qual 97% dos visitantes da

Serra do Cipó informaram terem conhecimento de que estavam visitando uma unidade de conservação.

Porém, ao contrário do que aparece nos resultados desta pesquisa, que mostra que grande parte dos entrevistados (82,3%) dizem saber o que são as unidades de conservação, Kinker (2002) constatou em seus estudos que, geralmente, quem procura realizar atividades em parques nacionais não tem consciência e conhecimento sobre o que essas áreas significam, nem mesmo tem noção sobre conservação ambiental e sustentabilidade. Além disso, o autor afirma que o entendimento sobre isso pode ser um ponto importante para o processo de aprendizado desses visitantes. Por fim, esse resultado de 82,3% de entrevistados que sabem o que significam as UC, também vêm de acordo com o que Silva (2013, p. 416) encontrou em sua pesquisa na Serra da Baitaca (PR), em que 80% dos visitantes disseram ter conhecimento do que significa o termo Unidade de Conservação, contra 20% que afirmaram não saber o que significa. Ainda na pesquisa de Silva (2013), 70% dos entrevistados também informaram que sabiam que a área onde estavam era uma área de preservação ambiental, resultado bem abaixo, em comparação ao encontrado nesta pesquisa referente ao PEPP que foi de 98,2%.

Ainda sobre o reconhecimento das unidades de conservação, Campo e Filetto (2011, p. 71) entendem essa relação entre conhecer e reconhecer a importância das unidades de conservação como um grande passo para se tentar evitar impactos ambientais relativos à visitação nessas áreas, pois só assim os visitantes têm mais consciência e dão importância ao que essas áreas representam. De acordo com Brasil (2005, p. 8), reconhecer a importância das UCs é benéfico para o visitante, que está em contato com novos locais e pessoas, assim como para a comunidade receptora e a própria unidade de conservação, que pode colher bons frutos dessa relação – desde que a visita à UC seja feita de maneira sustentável e que o visitante possa se sentir parte daquele local, favorecendo, assim, uma relação de pertencimento que facilita com que o visitantes compreendam e respeitem mais as normas de conduta que regem o local.

Na presente pesquisa foi encontrada a informação de que 96,5% dos visitantes do PEPP vão a outras unidades de conservação, já Campos e Filetto (2011, p. 82) obtiveram um resultado mais baixo, em que 67% dos visitantes da

Serra do Cipó informaram terem o costume de visitar outros parques nacionais. Uma constatação interessante que Campos e Filetto (2011, p. 82) fazem, em seguida, é referente aos altos índices de visitantes que voltam aos parques, isso significa que o local tem uma boa projeção e oportunidades para melhorar o atendimento e recebimento desses visitantes, para que possam criar mais consciência ambiental e obter normas de conduta em áreas naturais.

A paisagem também foi tomada como um aspecto importante que influenciou os visitantes em sua decisão de escolher o PEPP, sendo que 92% dos entrevistados disseram que esse aspecto os influenciou, sim, a visitar o parque. Campos e Filetto (2011, p. 78), em pesquisa na Serra do Cipó, tiveram resultados que mostram que 28% dos visitantes do local tiveram a paisagem como um dos motivos que os influenciou para visitar o local, junto a 32% que informaram que ter contato com a natureza era fator para a escolha e 14% que disseram que praticar esportes também era um dos motivos. Na presente pesquisa foi apontado pelos entrevistados algumas ações encontradas no parque e que ocasionam impactos negativos no parque, como lixo jogado no chão (citado por 83,2% dos entrevistados e erosão do solo, com 78,7%) Teixeira e Oliveira (2015) encontraram resultados muito parecidos com relação aos impactos encontrados e apontados pelos entrevistados, como fogueiras, degradação ambiental e muitos lixos jogados na trilha, além de “compactação no solo, erosão que resultaram em raízes expostas e também em exposição das rochas encontradas no percurso” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 125). Já na pesquisa de Teixeira e Michelin (2013, p. 302), com relação à erosão de trilhas, eles chegaram à informação de que “a erosão do solo expõe as raízes das plantas, dificultando sua sustentação, além de causar acidentes às pessoas que estão visitando o local”.

Mas não apenas os aspectos negativos que foram citados, pois aspectos positivos como boa sinalização na trilha foram citados por 72,6% dos entrevistados. Esses aspectos. “A sinalização é um componente importante de um destino turístico, uma vez que serve de orientação e também facilita o deslocamento dos visitantes e população local” (CAMPOS; FILETTO, 2011, p. 86). Assim como nesta pesquisa, Campos e Filetto (2011) também chegaram a resultados que mostram que 46% dos entrevistados consideraram a sinalização da Serra do Cipó boa, enquanto que 12% disseram ser ótima e

38% indicou a sinalização como regular. Os resultados foram inferiores em relação aos encontrados na pesquisa realizada com os visitantes do PEPP. De qualquer forma, se ainda para quase 30% dos visitantes a sinalização não é satisfatória, talvez sejam necessários trabalhos para melhorar a sinalização do local, pois uma área natural com carência de sinalização pode gerar uma sensação de desorganização e falta de segurança. O poder público também foi citado nesse questionário, quando perguntado aos entrevistados se eles acreditavam que o poder público poderia fazer algo para melhorar o PEPP. Das respostas recebidas apenas 2 pessoas disseram que não, enquanto as outras deram sua opinião sobre isso. Dentre as respostas, as maneiras de intervenção do poder público mais citadas foram: Fiscalização dos visitantes; fiscalização dos donos das fazendas de entrada; fornecer informação e orientação aos visitantes; melhorar a infraestrutura; desenvolver um plano de manejo; tomar a gestão do parque para si; e fazer trabalhos de educação ambiental com crianças.

No que diz respeito a políticas públicas e o contato e interação do governo com as áreas naturais, nesta pesquisa os entrevistados se mostraram de acordo em afirmar que o poder público deve estar em contato com áreas naturais e auxiliar na melhoria da sua estrutura, contra apenas dois entrevistados que informaram que não acham que o poder público deva interferir nessas áreas. Rodrigues *et al.* (2012, p. 98) diz que cada nível de governo é responsável por executar o controle em diversas áreas em relação à gestão ambiental, e que o foco principal é que todos os níveis de governo estejam em busca de um mesmo objetivo e meta para a melhoria de um espaço. Com relação às políticas e ações que o poder público tem o dever de cumprir, os autores ainda citam que são elas: “estar alinhadas à União e ao Estado; respeitar os princípios do desenvolvimento sustentável; incorporar a sociedade nas tomadas de decisão para uma gestão municipal compartilhada do meio ambiente” (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 97).

Com isso, e a partir das respostas dadas pelos entrevistados quando dizem que o poder público deve sim auxiliar na gestão de áreas naturais, vê-se que a relação que o poder público deveria ter com o meio ambiente é, basicamente, o que os visitantes do parque esperam desses órgãos. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama), espera-se dos órgãos (e, em especial, do Sistema Municipal de Meio Ambiente (Sismuma), que suas políticas em relação ao meio ambiente permeiem as seguintes ações: “educação ambiental, geração de informações, participação popular, legislação local, execução de projetos, fiscalização, monitoramento da qualidade ambiental e recursos financeiros” (IBAMA, 2006 *apud* RODRIGUES *et al*, 2012, p. 98).

Em relação à infraestrutura do local abordada nessa pesquisa, onde 31% dos entrevistados se disseram insatisfeitos com a infraestrutura encontrada no parque, contra os 5,3 que se mostraram satisfeitos com o que encontraram no local, Teixeira e Michelin (2013, p. 301) encontraram resultados em seus estudos no Salto Ventoso, no Rio Grande do Sul, em que a infraestrutura também demonstrou deficiência na percepção dos visitantes em relação ao local, o que foi classificado pelos autores como um agravante para o meio ambiente e para os visitantes, que carecem de um local mais apropriado para realizar as atividades de ecoturismo e turismo de aventura.

Outro problema abordado na presente pesquisa foi com relação ao lixo, pois 25,7% dos entrevistados afirmaram que a quantidade de lixo encontrada na trilha afetou negativamente a sua experiência, o que foi encontrado em muito maior escala no trabalho de Takahashi e Milano (2002, p. 69), pesquisa sobre o Salto Morato, em que verificaram que 81% dos entrevistados disseram que a quantidade de lixo encontrada na trilha influenciava diretamente na qualidade da sua experiência. Esta pesquisa também abordou a quantidade de pessoas encontradas no local (trilhas), e 25,7% dos entrevistados disseram que a quantidade de pessoas encontradas na trilha não afetou sua experiência de forma negativa, enquanto que 15% dos entrevistados concordam que sim, a quantidade de pessoas na trilha afetou negativamente sua experiência no parque, o que vem de acordo com Barros e Dines (2000, p. 65), que disseram que muitas pessoas que visitam áreas naturais estão em busca do isolamento e da tranquilidade que não encontram na cidade, portanto, o encontro com grandes grupos ou uma grande quantidade de pessoas pode diminuir a qualidade da experiência vivida. Uma constatação interessante sobre grupo e quantidade de pessoas encontrados na trilha foi feita em estudos de Gualtieri-Pinto *et al.* (2008), quando em pesquisa na Serra do Cipó, verificaram que quando havia grupos maiores realizando atividades no local, essas pessoas

tendiam a demonstrar menos interesse em respeitar e buscar sobre normas de utilização de áreas naturais, e o contrário acontecia com grupos menores, que estavam mais integrados às informações que são passadas nas áreas. Com o aumento de visitantes em áreas naturais, constatou-se que a quantidade de grupos que se encontravam nas trilhas também aumentava, mas não é apenas a quantidade de pessoas que influencia diretamente na percepção e qualidade de experiência de outros visitantes, mas principalmente a maneira como os outros visitantes se comportam nos parques, com comportamentos que parecem estar em desacordo com o que se espera de pessoas nessas áreas (TAKAHASHI, 1998, p14).

No que diz respeito à satisfação do entrevistado com a visita ao parque, Campo e Filetto (2011, p. 87), em sua pesquisa, chegaram a um resultado em que 94% dos visitantes estavam bastante satisfeitos com a visita ao Parque Nacional da Serra do Cipó, resultado bem diferente do alcançado na presente pesquisa, em que 31,9% dos entrevistados disseram estar bastante satisfeitos com a visita ao PEPP. Já para o resultado quanto à insatisfação do visitante, assim como na presente pesquisa, Campos e Filetto (2011, p. 87) também tiveram um resultado de apenas 1% para quem se disse insatisfeito com a visita. De qualquer maneira, o resultado de 1% não deve ser ignorado, pois deve-se levar em consideração que uma pessoa pode influenciar outras negativamente sobre o local.

No geral, esta pesquisa trouxe vários comentários importantes sobre a percepção dos visitantes com relação à área pesquisada (PEPP), onde pode-se avaliar que algumas questões como a quantidade de lixo, à falta de infraestrutura e falta de qualidade de atendimento no parque, além da quantidade de pessoas no local e a quantidade de fezes e papel higiênico encontrado nas trilhas, podem ser situações que podem alterar sua imagem sobre o parque, além de transformar (de forma positiva ou negativa) a experiência vivida no parque.

Sendo assim, estes serão os aspectos que serão abordados para o desenvolvimento do projeto apresentado em seguida, que focará na melhoria da infraestrutura do PEPP e no desenvolvimento de projetos de educação ambiental, pensando na melhor qualidade da experiência dos visitantes, sem deixar de pensar no que também é sustentavelmente importante para o parque.

5 PROJETO DE MELHORIAS ESTRUTURAIS PARA O PEPP

Após análises teóricas e de todos os resultados de questionários aplicados, neste tópico será proposto o projeto referente ao presente estudo. As propostas foram desenvolvidas com base nas maiores necessidades percebidas no decorrer deste trabalho e têm como objetivo desenvolver melhorias para o visitante do PEPP e para o próprio parque.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto surge da ideia de se propor melhorias ao Parque Estadual Pico Paraná, tanto com o objetivo de atender às necessidades dos visitantes e melhorar a estrutura do PEPP para recebê-los, assim como atender às necessidades básicas dos visitantes para evitar impactos negativos ao meio ambiente do entorno.

Como plano inicial, será proposto um “pacote de melhorias”, que inclui algumas ações a serem desenvolvidas no parque, considerando os seguintes cumes da região: Caratuva, Itapiroca e Pico Paraná, tidos como os mais visitados na pesquisa realizada, além do Morro Getúlio, que é passagem obrigatória para todos estes cumes.

Durante a aplicação dos questionários, alguns dos entrevistados abordaram a questão de que os visitantes frequentes do parque são pessoas que possuem mais conscientização sobre o local, enquanto que os visitantes não frequentes podem ser um fator de risco para o parque, pelo fato de não valorizarem tanto o local, por não possuírem um sentimento de pertencimento, ou por apenas não serem pessoas ligadas a questões ambientais, sendo os principais causadores de impactos negativos ao local.

Por outro lado, considerando que o questionário foi divulgado entre inúmeros grupos de montanhistas praticantes – dentre eles 82,3% dos entrevistados disseram saber o que são Unidades de Conservação, porém, 17,7% afirmaram não conhecer nem ao menos o termo –, muitos deles podem não ter mais informações sobre como proceder em áreas naturais nem ter consciência sobre seus atos nessas áreas. Dessa forma, é importante que este projeto possa atingir não apenas o novo visitante, mas também o visitante

frequente do PEPP. A partir dessas informações, serão apresentadas cinco ações dentro desse projeto:

5.1.1. Melhorias na trilha

Serão definidos pontos de escoamento no decorrer das trilhas que levam a todos os quatro cumes – Caratuva, Itapiroca, Pico Paraná e Morro Getúlio. Para a determinação destes pontos serão escolhidas áreas onde ocorre acúmulo de água, devido às chuvas ou ao excesso de umidade. Além disso, nesses pontos, ocorre o pisoteio por parte dos visitantes, que com o acúmulo de água pode provocar a compactação do solo e a perda do material orgânico, presente na primeira camada do solo, e também pode expor as raízes da flora, que por esse motivo podem morrer (RANGEL; MARTINS; GUERRA, 2013, p. 251). Para Jewell e Hammitt (2000, p. 133), a compactação do solo pode acarretar na “diminuição da sua própria utilidade funcional”.

O presente projeto será proposto ao Clube Paranaense de Montanhismo e ao IAP, sugerindo a utilização do trabalho de voluntários, inscritos no Projeto de Voluntariado no Parque Estadual Pico Paraná, para que eles auxiliem na identificação dos pontos de escoamentos a serem levantados no local. A ação dos voluntários contribuirá para a viabilidade econômica da região, assim como colocará a comunidade em contato direto com as necessidades reais de uma Unidade de Conservação que precisa de ajuda.

O Projeto de Voluntariado no Parque Estadual Pico Paraná possui hoje uma página no Facebook, que faz chamadas convocando voluntários para as ações propostas pelo grupo. Sendo assim, esta página servirá para o presente projeto como um canal de cadastramento de voluntários e de divulgação das ações referentes às propostas apresentadas no presente trabalho.

O primeiro passo a ser dado será a análise *in loco* – realizada pelos voluntários, mediante agendamento de data – dos pontos que mais acumulam água no PEPP e a definição dos pontos corretos para escoamento, desde o início do trajeto até as trilhas para cada cume – lembrando que o cume do Morro do Getúlio é passagem obrigatória para todos demais cumes, então até esse ponto os voluntários caminharão juntos. Nessa ocasião os voluntários não levarão material (enxada) para que sua locomoção seja mais fácil e ágil, desse

modo todas as trilhas poderão ser analisadas. Em outro momento, haverá o agendamento de uma data para que os voluntários voltem ao local com o material necessário para abrir os pontos de escoamento e realizar a tarefa – serão entregues duas enxadas para cada grupo, para o revezamento entre os participantes, e para que haja menos equipamento a ser carregado.

Cada uma dessas ações será marcada em data específica e com número máximo de participantes – divididos em grupos de três voluntários para cada cume –, que receberão um direcionamento sobre a importância do que será feito e, principalmente, como será realizado o trabalho, para que se possa assegurar o bom andamento do projeto.

Os custos para a identificação e demarcação dos pontos de escoamento relacionam-se ao transporte dos voluntários de Curitiba até a base da atividade, para dois dias diferentes, mais o gasto com a compra das enxadas para realizar a abertura dos pontos de escoamento (TABELA 2).

TABELA 2 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA DEFINIÇÃO DE PONTOS DE ESCOAMENTO NO PEPP

9 voluntários (3 para cada cume)				
SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
VAN – Transporte Curitiba/ Fazenda Rio das Pedras/Curitiba (por visita)	ABBATUR	R\$ 450,00	2	R\$ 900,00
Voluntários				
Enxada de Aço Larga de 30cm com Cabo de Madeira	Loja do Mecânico	R\$ 22,90	6	R\$ 137,40
TOTAL:				R\$ 1.037,40

FONTE: A autora (2017).

5.1.2 Instalação de pontes, passarelas e elevados de madeira

Junto ao trabalho de escoamento do solo, que auxilia na prevenção de erosão, deve-se levar em conta que em muitos pontos no decorrer da trilha há áreas que já sofrem com erosão. Uma das causas é o alargamento e pisoteamento de pontos nas laterais da trilha (FIGURA 9), causados por visitantes, que em dias em que há lama, tentam desviar e pisam em outros pontos além do local determinado.

FIGURA 9 – PISOTEAMENTO NA TRILHA PARA
O CUME ITAPIROCA



FONTE: Arquivo pessoal.

Em áreas onde a condição da trilha esteja em um nível mais baixo que o terreno ao seu redor, não existem escoamentos naturais para a água. E caso não seja possível trabalhar com pontos de escoamento conforme sugerido no parágrafo anterior, a solução proposta será construir estruturas que diminuíssem o contato do visitante com o solo. O Manual de Construção e Manutenção de Trilhas, da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (2009, p, 88-94) sugere algumas opções de estrutura para conter essa erosão maior, entre elas passarelas, colocação de pedras e ripados de madeira, que serão sugeridos para o PEPP (FIGURA 10).

FIGURA 10 - EXEMPLO DE ESTRUTURA PARA CONTER
EROSÃO – MANANCIAL DA SERRA (PR)



FONTE: Arquivo pessoal.

Esses ripados de troncos são estruturas mais primitivas para formar passarelas em uma trilha, e o ponto positivo é o fato de não alterar muito a paisagem por ser feito com madeiras, o que mantém uma constância na paisagem (FIGURA 11). O ponto negativo dos ripados, de acordo com o manual (SÃO PAULO, 2009, p. 94), é o fato de que ele se deteriora com mais facilidade do que outros materiais, porém, só pode ser aplicado como atitudes corretivas de curto prazo, e em locais onde planos maiores (como de manejo) ainda não existam, pois irá conter uma erosão maior, mas espera-se que algo seja feito posteriormente para melhorar.

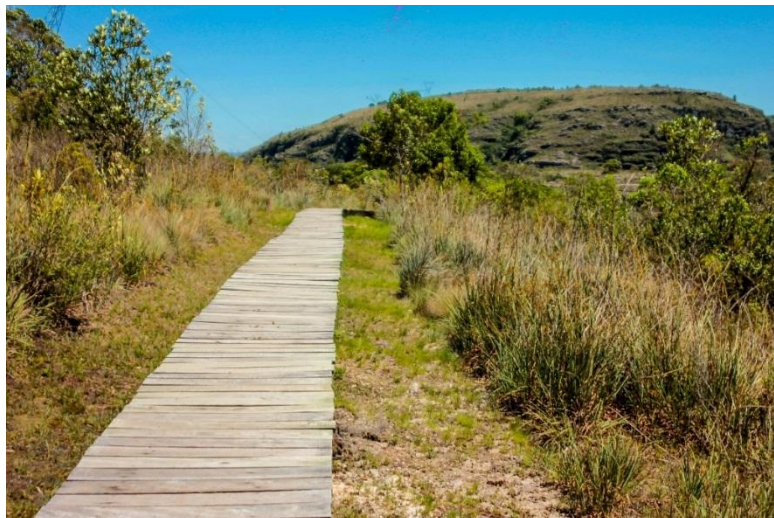
FIGURA 11 - EXEMPLO DE PASSARELA PARA EVITAR EROSÃO, PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ)



FONTE: Arquivo pessoal.

Sendo assim, é importante que sejam criadas passarelas (tábuas de madeira) em pontos que já estejam com alto nível de erosão, para que os usuários do parque utilizem apenas esses pontos de passagem, evitando o alargamento da trilha e, conseqüentemente, o aumento do nível de erosão (FIGURA 12).

FIGURA 12 - EXEMPLO DE PASSARELA PARA EVITAR EROSÃO, PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ (PR)



FONTE: Arquivo pessoal.

No que diz respeito a este projeto, referente ao PEPP, neste momento, pela falta de um plano de manejo, o ideal é que a paisagem e a estrutura sejam alteradas o mínimo possível. Com isso, e também pensando em diminuir os custos de operação deste projeto, a ideia é de que não sejam criadas pontes de grande estrutura, mas que sejam colocados ripados de madeira em lugares pré-definidos (onde a erosão é alta) para que o contato do usuário seja apenas com esse material ao invés de ser diretamente com o solo (TABELA 3).

Esta etapa do projeto será realizada da mesma forma que a anterior, pelo recrutamento de voluntários para a atividade, sendo que a análise dos locais onde será necessária a inclusão das tábuas será realizada no mesmo dia em que for feito o levantamento dos pontos de escoamento, para que possa ser utilizado apenas um transporte de van.

Os voluntários deverão levar os ripados – que não devem ser muito grandes ou pesados, para facilitar seu transporte – pela trilha até chegar ao ponto onde eles serão colocados. A princípio serão necessárias 18 toras, de meio metro cada, para iniciar o trabalho de implantação das passarelas. Caso não sejam suficientes para ocupar todas as áreas com erosão, deverá ser realizada uma nova investida no parque para fazer alocar as toras faltantes.

TABELA 3 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS PARA EVITAR EROSÃO DO SOLO NO PEPP

9 voluntários (3 para cada cume)				
SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
VAN – Transporte Curitiba/Fazenda	ABBATUR	R\$ 450,00	1	R\$ 450,00
Rio das Pedras/Curitiba				
Voluntários	-	R\$ 0	9	R\$ 0
Eucalipto tratado em autoclave com 10 anos de garantia (tora de três metros)	Leroy Merlin	R\$ 191,90	3	R\$ 575,70
TOTAL:				R\$ 1.025,70

FONTE: A autora (2017).

5.1.3 Placas de sinalização

No parque existem placas de sinalização com informações básicas sobre a região e a quilometragem das principais trilhas (as mesmas que serão abordadas neste projeto), porém a localização dessas placas e a qualidade das informações fazem com que nem todos os visitantes tenham acesso a elas e possam visualizá-las, além disso, elas não trazem informações completas sobre as caminhadas, não auxiliando o visitante. Um bom exemplo é a placa abaixo (FIGURA 13) que indica a trilha Skyline to The Sea Trail, na qual todas as quilometragens estão descritas aos visitantes.

FIGURA 13: PLACA INDICANDO A DISTÂNCIA ATÉ CADA ATRATIVO DO PONTO ONDE ESTÁ LOCALIZADA



FONTE: Página Socalhiker³.

³Disponível em: <<https://socalhiker.net/hiking-to-berry-creek-falls-in-big-basin-redwoods-state-park/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

Para o trabalho no PEPP serão desenvolvidas seis placas:

- 1) No início da trilha ao lado da base do IAP– placa principal contendo informações como distância, tempo aproximado para percorrer a trilha, informações sobre o terreno (lama, se será necessário cruzar rios, se existe algum tipo de estrutura como grampos e cordas) e gráfico de elevação de cada trilha (Morro do Getúlio, Caratuva Itapiroca e Pico Paraná).
- 2) No Morro do Getúlio– placa com uma foto da região indicando o nome de cada um dos cumes – que o visitante avista desse ponto –, além de, novamente, informações sobre a distância, tempo aproximado para percorrer a trilha, informações sobre o terreno e gráfico de elevação de cada trilha (Caratuva, Itapiroca e Pico Paraná), a partir desse ponto (Morro do Getúlio).
- 3) Na bifurcação Pico Paraná/Caratuva– placa mais simples indicando a distância que falta para o cume Itapiroca, Caratuva e Pico Paraná e a direção a seguir para cada trilha. Além disso, informar quantos quilômetros falta para o próximo ponto de água, que se encontra na trilha que segue para o Pico Paraná, e para o A1, primeiro ponto liberado para acampamento.
- 4) Na bifurcação Pico Paraná/Itapiroca–placa mais simples indicando a distância que falta para os cumes Itapiroca e Pico Paraná, e a direção a seguir para cada trilha. Além disso, indicar a quilometragem para o A1 e A2 (dois pontos liberados para acampamento sentido Pico Paraná).
- 5) Acampamento A1 sentido cume Pico Paraná–placa sinalizando que é possível acampar nessa área, indicando algumas diretrizes de como se comportar no local, e também a quilometragem até o A2 e o cume Pico Paraná.
- 6) Acampamento A2 sentido cume Pico Paraná – placa sinalizando que é possível acampar nessa área, indicando algumas diretrizes de como se comportar no local, e também a quilometragem até o cume do Pico Paraná.

A proposta é de que essas placas sejam confeccionadas em formato de adesivos e que sejam desenvolvidas por um designer gráfico. As artes, depois de aprovadas, deverão ser impressas em uma gráfica. Esses adesivos serão colados em chapas de PVC, fixadas a toras de eucalipto, e colocados nos pontos estratégicos (TABELA 4).

Abaixo segue um modelo de placa desenvolvido no programa paint para mostrar com melhor clareza qual é a ideia de estruturação das placas (FIGURA 14):

FIGURA 14 – Sugestão de placa de sinalização.



Fonte: A autora.

TABELA 4 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO NO PEPP

9 voluntários (3 para cada cume)				
SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Designer (Valor do serviço completo)	Samuel Eidam	R\$ 500,00	1	R\$ 500,00
Impressão de adesivos	Tecnicópias	R\$ 150,00	1	R\$ 150,00
VAN – Transporte Curitiba/Fazenda	ABBATUR	R\$ 450,00	1	R\$ 450,00
Rio das Pedras/Curitiba				
Voluntários	-	R\$ 0	9	R\$ 0
Eucalipto tratado em autoclave com 10 anos de garantia (tora de três metros)	Mercado Livre	R\$ 220,00	3	R\$ 660,00
Forro PVC 10x200 milímetros – Liso/Carvalho 5M 2003 – PLASBIL – 10 metros	Balaroti	R\$ 41,92	2	R\$ 83,84
TOTAL:				R\$ 1.843,84

FONTE: A autora (2017).

Além disso, será proposto um plano de parceria com empresas envolvidas em atividades de turismo de aventura e ecoturismo para contribuir com os custos de confecção dessas placas, nas quais serão colocadas as logomarcas das empresas parceiras. As empresas⁴ a serem contatadas serão: Território; Conquista Montanhismo; Aventura Curitiba; Ana Wanke Turismo e Aventura; Proativa.

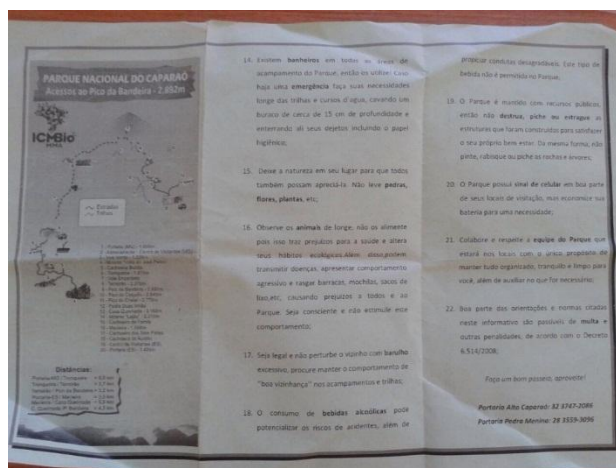
5.1.4 Panfleto informativo

Uma maneira de orientar o visitante é por meio da educação ambiental, que pode surgir de conversas, da apresentação de vídeos informativos,

⁴Território: Disponível em: <<http://www.territorioonline.com.br/>>. Conquista Montanhismo: Disponível em: <<http://www.conquistamontanhismo.com.br/>>. Aventura Curitiba: Disponível em: <<https://aventuracuritiba.com.br/>>. Ana Wanke Turismo e Aventura: Disponível em: <<http://anawanke.com/>>. Proativa: Disponível em: <<http://www.proativa21.com.br/>>.

palestras ou, até mesmo, da distribuição de panfletos com informações sobre o local e normas de conduta (FIGURAS 15 e 16).

FIGURA 15 – PANFLETO INFORMATIVO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (MG/ES)



FONTE: Arquivo pessoal.

A educação ambiental não apenas serve como uma maneira de orientar o visitante sobre o modo como se comportar no local e sobre suas regras, mas também para desenvolver um possível senso crítico por parte dos visitantes em relação a questões ambientais e de sustentabilidade, também no sentido de mostrar ao visitante do porquê aquela área é importante e como dependemos direta e indiretamente dela (FERREIRA; GOMES; SILVA, 2008, p. 146, 162).

FIGURA 16 – PANFLETO INFORMATIVO DO PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ)



FONTE: Arquivo pessoal.

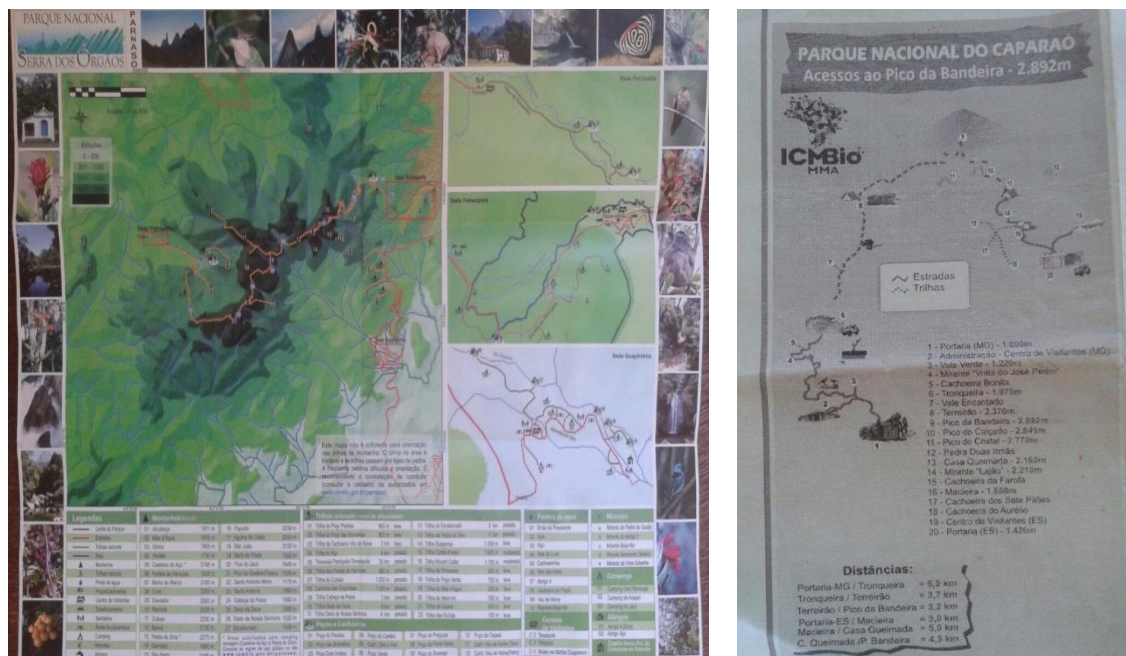
O Parque Estadual Pico Paraná, instrumento desta pesquisa, não possui ainda uma estrutura que propicie um espaço ideal para apresentação de vídeos, pessoas preparadas para passar informações aos visitantes, nem panfletos informativos. Em entrevista⁵, o gestor do parque Harvey F. Schlenker informou que quatro porteiros foram contratados pelo IAP para se revezarem em uma escala de 24/7 na base do instituto dentro do parque, na área de acesso ao Pico Paraná. Segundo ele, isso facilitará o controle dos visitantes e de moradores da região. Porém, esses funcionários não são pessoas que conhecem questões ambientais e de sustentabilidade, por isso não são consideradas preparadas para dar informações ou instruções sobre conduta em montanha.

Levando em consideração essas informações, uma solução mais rápida e prática para a questão de falta de informações sobre o PEPP aos visitantes seria a distribuição de panfletos. Seguindo o exemplo de materiais de divulgação de outros parques, nesse material devem constar informações

⁵Entrevista concedida à autora em 29 de setembro de 2017.

básicas, como: normas de conduta, informações sobre a região, mapa e informações sobre a trilha (FIGURA 17).

FIGURA 17 – MAPAS DO PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS (RJ), À ESQUERDA, E DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (MG/ES), À DIREITA



FONTE: Arquivo pessoal.

A proposta é desenvolver um panfleto em modelo A6, 10x20 centímetros com papel couché brilho 115g, que possibilite a inclusão das informações em 10 espaços, conforme modelo abaixo (FIGURA 18). Esse modelo é o ideal para incluir a quantidade de informações necessárias, de acordo com o designer consultado para esse trabalho, Samuel Eidam, pois possibilita que vários assuntos sejam abordados e exista um espaço ideal para cada assunto, além de ter uma área grande central que possibilita a inclusão de um mapa.

FIGURA 18 – ESBOÇO DE PANFLETO

7	5	3	10	1
2	4	6	8	9

FONTE: A autora (2017).

O panfleto contará com informações sobre os quatro cumes citados neste projeto, constando: quilometragem, escala altimétrica e tempo estimado para finalizar a trilha. Além de outras informações sobre: segurança (como reagir em determinadas situações de perigo ou acidente e números de emergência para ligar nesses casos); regras de conduta na trilha; informações gerais sobre o PEPP e sobre a importância dos ambientes naturais para o ser humano. Esses panfletos ficarão no container do IAPP que se encontra no início da trilha, e poderão ser retirados e devolvidos no local.

Uma ideia a ser implantada no PEPP e relacionada ao problema de descarte de lixo, é a instalação de uma caixa receptora na base do IAP, na qual os visitantes que já utilizaram seu panfleto possam, ao final das atividades no parque, devolvê-lo para que outra pessoa possa reutilizá-lo. Esta foi uma solução encontrada pelo Banff National Park, em Alberta, no Canadá, onde o visitante, ao final de cada trilha ou percurso dentro de museus, encontra uma caixa para devolver o panfleto que recebeu, caso não o utilize mais, assim, ele fica disponível para o próximo visitante. A informação sobre a devolução de panfletos fica explícita no material visual do parque⁶ (FIGURA 19).

FIGURA 19 – SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE PANFLETO EM MATERIAL DO BÂNNFF NATIONAL PARK (CANADÁ)



FONTE: Arquivo pessoal.

⁶“Terminou de utilizar esse panfleto? Por favor, retorne-o ao parque ou compartilhe com outras pessoas” (tradução nossa).

Se a ideia de reutilização de panfletos for implantada no projeto direcionado ao PEPP, acredita-se que a quantidade de novos panfletos a serem impressos diminuirá, o que é muito bom do ponto de vista sustentável, assim como diminuirá o custo de manutenção dessa ação.

Para a produção e impressão de panfletos a serem distribuídos aos visitantes do PEPP, os custos iniciais envolverão o trabalho de um designer e a impressão dos materiais (TABELA 5).

TABELA 5 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA PRODUÇÃO DE PANFLETO INFORMATIVO DO PEPP

SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Designer	Samuel Eidam	R\$ 500,00	1	R\$ 500,00
Impressão – modelo 3 – A6 (10x20 centímetros) com 10 páginas – 100 unidades	Tecnicópias	R\$ 70,00	10	R\$ 700,00
TOTAL:				R\$ 1.200,00

FONTE: A autora (2017).

5.1.5 Distribuição de sacos de lixo

A destinação de lixo é uma preocupação constante e mundial. No que diz respeito à educação ambiental, este assunto é tratado com extrema importância, tanto que durante esta pesquisa, os entrevistados no questionário falaram, inúmeras vezes, sobre sua preocupação com relação à quantidade de lixo encontrada nas trilhas do PEPP e o quanto é importante pensar em ações que venham a educar os visitantes a não jogarem o lixo pelo caminho, mas que o recolham e saibam dar a ele um direcionamento correto ao final da caminhada.

Com base nisso, a sugestão deste projeto é de que sejam distribuídos, junto aos panfletos informativos sobre o parque, sacos de lixos para que os visitantes recolham seu lixo e o direcionem corretamente ao final da atividade (TABELA 6). Esta ação remeterá o novo visitante a construir uma consciência

ambiental e reafirmar a importância de cuidar do meio ambiente aos que já estão acostumados com o assunto.

A ideia é de que os projetos dos sacos de lixo e da distribuição de panfletos caminhem juntos, pois no panfleto devem constar informações sobre os motivos de não se jogar lixo no meio ambiente.

TABELA 6 – ORÇAMENTO PRÉVIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE SACOS DE LIXO NO PEPP

SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Saco de Lixo Dover-roll 15 litros super forte com alças (pacote com 40 unidades)	Wal-Mart	R\$ 14,99	10	R\$ 149,90
TOTAL:				R\$ 149,90

FONTE: A autora (2017).

5.1.6 O porquê de desenvolver este projeto

A partir das ações que foram sugeridas neste trabalho e de informações passadas pelo gestor⁷ do PEPP, levou-se em conta que a importância de se elaborar um plano de manejo para o parque, já que até o momento não existe um – de acordo com o Art. 3.º do Decreto n.º 5769, de 5 de junho de 2002, de criação do PEPP, foi estipulado um período de cinco anos para a elaboração do plano de manejo do parque. Porém, para o desenvolvimento de ações maiores direcionadas à gestão do PEPP é necessário organização, planejamento e recursos, por isso a proposta deste trabalho é de que as pequenas ações sugeridas anteriormente possam ser um ponto de partida para que algumas mudanças necessárias comecem a acontecer.

O plano de manejo, como já citado e como definido pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente, é um:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o

⁷Entrevista com o gestor do PEPP, Harvey F. Schlenker, em 29 de setembro de 2017.

seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade [...] (BRASIL, 2011, P. 6).

Um dos impasses deste trabalho é justamente o fato de o parque não possuir um plano de manejo, e com isso não se sabe quais são as diretrizes, objetivos e calendário para ações de melhorias do local, porém, de acordo com a Lei de Criação das Unidades de Conservação (artigo 28), citada em Brasil (2011, p. 17), quando não existe um plano de manejo para o parque, todas as ações desenvolvidas no mesmo devem estar focadas em garantir a integridade dos recursos que são protegidos a partir do objetivo de conservação daquela área, assim como o documento de criação do parque coloca como objetivos:

Art. 2º. São objetivos básicos do Parque Estadual Pico Paraná: I – conservar uma amostra do bioma Floresta Ombrófila Densa, incluídas as formações Florestas Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana, a fauna, solo e águas interiores; e II – promover atividades que não provoquem nenhuma alteração no ecossistema e dar sustentabilidade à preservação (PARANÁ, 2002).

Entende-se que atividades podem ocorrer no parque, desde que não provoquem alterações no ecossistema, e ações que deem ênfase à preservação dessa área, com isso, pode-se indicar que ações de educação ambiental podem caminhar juntas a esse objetivo, visto que ela possibilite a visitação e a interação do visitante com o parque, mas com objetivos de preservação e conservação.

Além disso, a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, informa que um dos objetivos do sistema de unidades de conservação é o de “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Visto que o número de visitantes nas áreas naturais vem aumentando gradualmente nos últimos anos, e esse aumento pode ser visto como um movimento que cause fortes impactos negativos a essas áreas, é necessário buscar formas de se trabalhar com tais impactos e criar opções de educação ambiental para evitar que outros sejam criados (RICHTER; SOUZA, 2013, p. 91).

Data alternativa da ida dos voluntários ao parque para posicionar as placas.										X
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

FONTE: A autora (2017).

A entrega dos panfletos e dos sacos de lixo poderá ser feita em qualquer uma das visitas dos voluntários ao parque, pois não demanda nenhuma ação maior, apenas a de serem deixados na base do IAP. A reposição de ambos deverá ser informada ao IAP, que providenciará novo lote para distribuição.

Após finalizadas essas etapas, sugere-se que se estabeleça um critério de datas semestrais ou anuais para que sejam feitas as manutenções da infraestrutura implantada no parque.

5.2.1 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa

Considerando os quatro orçamentos apresentados acima, em cada etapa do processo, foi calculado o valor total de R\$ 5.106,94 (cinco mil, cento e sessenta reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo (Tabela 7).

TABELA 7 – ORÇAMENTO FINAL PARA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS DO PEPP

Ponto de escoamento	R\$ 1.037,40
Pontes para evitar erosão de solo	R\$ 1.025,70
Placas de sinalização	R\$ 1.843,84
Panfleto informativo	R\$ 1.200,00
Distribuição de sacos de lixo	R\$ 149,90
TOTAL	R\$ 5.256,84

FONTE: A autora (2017).

É importante salientar que, por se tratar de um projeto que envolve voluntariado e há a sugestão de parceria com empresas, o valor pode diminuir, caso: 1) as toras de madeira sejam conseguidas gratuitamente na região para formarem as passarelas na trilha; 2) existem empresas que aceitem a proposta de patrocínio a serem incluídas nos materiais gráficos.

5.2.2 Avaliação do retorno do investimento

Por ser um projeto de desenvolvimento de melhorias em uma unidade de conservação e por não existir nenhuma forma de cobrança de taxas no parque de forma controlada (que não seja feita pelos próprios moradores), esse projeto não visa a nenhum retorno financeiro, apenas tem como objetivo a melhoria das condições e estruturas de uma área natural já afetada pela falta de controle por parte das autoridades e da falta de consciência ambiental por parte dos visitantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como problema de pesquisa o fato de que não há, atualmente, nenhum estudo relacionado ao perfil dos visitantes do Parque Estadual Pico Paraná nem sobre suas percepções com relação ao parque. Portanto, a partir de um questionário, foi possível identificar quem são esses visitantes e qual é a forma como interagem e entendem o local quando o visitam. Com base nas respostas das entrevistas foi possível perceber pontos definidos como problemáticos pelos entrevistados – quantidade de lixo, falta de cuidado por parte do poder público e falta de instrução na base da trilha – e que foram analisados para que fossem criadas e sugeridas estratégias para melhorar esses pontos, as quais se tornam o cerne deste projeto.

Das hipóteses geradas neste trabalho, ambas foram confirmadas. Uma delas, referente à quanto a falta de percepção ambiental pode influenciar diretamente nas ações dos visitantes do parque, gerando atitudes por parte deles que aumentam a degradação ambiental. A partir de todos os problemas citados no decorrer da pesquisa e da quantidade de pessoas que não sabem o que são as unidades de conservação, pode-se supor que a falta de informações pode surtir o efeito de tomada de decisões incorretas por parte dos visitantes, que muitas vezes podem não ter noção de que estão realizando uma ação que pode ser extremamente prejudicial ao meio ambiente.

Quanto à segunda hipótese foi falado que a falta de infraestrutura boa no parque influenciava na qualidade de visita do visitante do parque, o que foi percebido nas respostas encontradas no questionário aplicado.

O objetivo geral de sugerir melhorias de infraestrutura do parque foi alcançado pois algumas propostas foram desenvolvidas em relação ao projeto

desse trabalho. Essas propostas vieram de acordo com alguns levantamentos feitos a partir de comentários dados por visitantes no questionário aplicados, e visam a melhoria da infraestrutura para melhorar a qualidade de experiência do visitante, assim como evitar maiores danos dessa visita ao meio ambiente, e os objetivos específicos também foram alcançados: 1) analisar o perfil do visitante do parque, por meio de uma tabela e um texto explicativo com informações sobre idade, quantidade de pessoas e o interesse em acampar ou não no local; 2) averiguar a percepção ambiental do visitante, pelo qual foi possível verificar que, no mínimo, 17% dos visitantes não sabiam que o local onde estavam desenvolvendo suas atividades se tratava de uma unidade de conservação, o que pode refletir em suas ações no local; 3) demonstrar a qualidade da experiência do visitante do parque, nesse momento foi percebido que vários pontos foram citados como faltantes ou insuficientes no parque, como a falta de sinalização e de mão de obra para auxiliar nas dúvidas pertinentes aos visitantes; 4) caracterizar o parque, ao apresentar informações sobre o parque, como as principais trilhas e formas de acesso, além de descrever o parque, sua criação e os objetivos de conservação do mesmo; 5) realizar levantamento de pontos de melhoria das trilhas do parque, ao sugerir estratégias no projeto para a melhora da sinalização e dos pontos de erosão do local..

A metodologia (pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa) utilizada foi suficiente para encontrar e responder às dúvidas levantadas no trabalho, assim como foi possível encontrar a bibliografia sobre o assunto, principalmente documentos sobre normas e diretrizes de uso públicos em unidades de conservação. Apenas foi insatisfatória a quantidade de bibliografia referente ao objeto de estudo, o PEPP, pois não existem pesquisas feitas sobre o local e são poucos os documentos públicos encontrados – disponíveis somente no IAP. Portanto, muito do que foi descrito sobre o parque foi resultado de pesquisa em campo e da utilização de arquivos pessoais para poder corroborar e descrever melhor o que era necessário.

A partir dos resultados encontrados e desenvolvidos neste trabalho pode-se perceber o quanto a exposição das áreas naturais a essa nova onda de novos praticantes de turismo de aventura pode causar impactos negativos, não apenas para o meio ambiente, mas também na percepção do visitante quando em contato com essas áreas. E, em contrapartida, o quanto uma boa

experiência pode afetar positivamente a percepção de pertencimento do visitante em relação àquela área, e também sua impressão ambiental no sentido de perceber quais ações são boas, ou não, para essas áreas.

O Parque Estadual Pico Paraná, assim como outras unidades de conservação, vem sofrendo com os impactos da visitação sem controle, e a partir disso, surge uma questão levantada por Kroeff (2010, p. 11), ao afirmar que as trilhas podem ser consideradas como “forças de tensão”, que acabam dificultando às unidades de conservação a alcançarem seus objetivos quando não for bem organizado. Visto que o parque já possui visitação e a única maneira de evitar totalmente essa tensão seria proibindo qualquer tipo de atividade no local – o que não é o ideal –, o objetivo de definir ações estratégicas para trabalhar com a consciência e educação ambiental dos visitantes pretende auxiliar diretamente nessa força de tensão, transformando ela em uma força muito menor do que a que existe hoje.

Espera-se também contar com o apoio direto do IAP para auxiliar na análise das propostas e poder aplicá-las em um futuro próximo, de acordo com o que for visto como importante por parte desse órgão, que está responsável pela unidade de conservação PEPP.

Este trabalho foi feito com o objetivo real de ser mais uma ação importante em prol da Mata Atlântica, e tirá-lo do papel poderá ser a realização de um sonho não só para os envolvidos no processo de melhoria do parque, como também àqueles visitantes que estão no parque anualmente, que se sentem parte daquele ambiente e sabem o quão importante ele é para a vida humana.

REFERÊNCIAS

ASHTON, M. S. G.; GARCIA, R. K. de O. Planejamento e gestão pública: reflexões sobre o desenvolvimento turístico de Novo Hamburgo a partir da investigação do perfil do visitante. **Revista Turismo – Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 10, n. 2, p. 185-203, 2008. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/627/520>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BARROS, M. I. A. de; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: Ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. p.47-84.

BERTOL, O. T.; CAMPOS, J. B. (Orgs.). **Coletânea de Pesquisas do Parque Estadual de Vila Velha, Cerrado e Guartelá**. Curitiba: IAP, 2011.

BRASIL. Decreto n. 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. **Diário Oficial da União**, seção 1, Rio de Janeiro, 18 jun. 1937. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiP8onYoPLTAhXIQpAKHfDcCKIQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.icmbio.gov.br%2Fportal%2Fimages%2Fstories%2Fimgs-unidades-coservacao%2Fitatiaia.pdf&usq=AFQjCNHeTJC_OcgbK0vLna0lw0ROnbilaw&sig2=BT6yXY01Aj7aEK1QTGh8rQ>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília: Embratur, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). **Gestão e Manejo**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/>>. Acesso em: 22 set. 2017

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação por biomas**. 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Biomas%201.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação**: categorias. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-geral de Segmentação. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/do_wnloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

BUCKLEY, R.; UVINHA, R. **Turismo de aventura**: gestão e atuação profissional. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

BUENO, C.; PARDO, F. L.; REIFF, F.; VINHA, V. da. **Ecoturismo responsável e seus fundamentos**. Rio de Janeiro: Technical Books Editora, 2011.

CAMPOS, R. F.; FILETTO, F. Análise do perfil, da percepção ambiental e da qualidade da experiência dos visitantes da Serra do Cipó (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 69-94, 2011.

CÂNDIDO, L. A. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

FAZENDA Pico do Paraná. Disponível em:
<<http://fazendapicoparana.altamontanha.com/chegar.asp>>. Acesso em: 5 maio 2017.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J. de; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T.; O uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. 2004, Indaiatuba. **Anais...** Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

FERREIRA, L.M.; CASTRO, R.G.S. de; CARVALHO, S.H.C. de. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para reservas particulares do patrimônio natural**. Brasília, DF: Ibama, 2004.

FERREIRA, P. P. **Terminologias do turismo**: instrumentos para a formação especializada em Língua Portuguesa. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013.

FERREIRA, R. L.; GOMES, F. T. M. C.; SILVA, M. S. Uso da cartilha "aventura da vida nas cavernas" como ferramenta de educação nas atividades de turismo em paisagens cársticas. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 145-164, 2008.

FIDÉLIS, J. F. M. de A. *et al.* Bio-geoindicadores aplicados ao ecoturismo em Unidades de Conservação localizadas em espaços urbanos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 212-233, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

GAETA, C.; NETTO, A. P. **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUALTIERI-PINTO, L. *et al.* Atividade erosiva em trilhas de Unidades de Conservação: estudo de caso no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais, Brasil. **E-scientia**, v.1, n.1, nov. 2008.

GURGEL, H. *et al.* Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental (Ipea)**, Brasília, v. 3, p. 109-119, 2009.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **Visitantes do Pico Paraná não precisam mais pagar para entrar no parque**. 2015. Disponível em:
<<http://www.iap.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=748>>. Acesso em: 5 maio 2017.

JEWELL, M. C.; HAMMITT, W. E. Assessing soil erosion on trails: comparison of techniques. Wilderness Science in a time of Change Conference; Volume 5: Wilderness Ecosystems, Threats, and Management; Missoula, Montana; May 23–27, 1999

KATAOKA, S. Y. **Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta**. 97 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjK3aWlwtLTAhUBW5AKHfUWAZYQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F11%2F11150%2Fde-13012005-154520%2Fpublico%2Fsilvia.pdf&usg=AFQjCNG-8eDQji08D1IPj5ukq2ft9ptbsQ&sig2=ZU3HJTCj9qWJMMaoz3schA>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

KINKER, S.M.S. 1999. **O ecoturismo como uma das estratégias para a conservação da natureza em parques nacionais brasileiros**: estudo de caso dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Caparaó. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KROEFF, L. L. **Contribuição metodológica ao planejamento de trilhas ecoturísticas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO)**. 199f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LEME, F. B. M. L.; NEVES, S. C. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. **Revista de Turismo y patrimonio cultural**, v.5, n.2, p. 209-223, 2007.

LINDERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 1999.

MIRANDA, S. M. de; PIRES, M. M. de S.; NASSAR, S. M.; SILVA, C. A. J. da. Construção de uma escala para avaliar atitudes de estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v.33, p. 104-110, 2009.

MOLINA, S. E. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, 2001.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R.; **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Editora Manole, 2005.

NEIMAN, Z.; **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Editora Manole, 2002.

NIEFER, I. A.; SILVA, J. C. G. L. da; AMEND, M. Ecoturistas ou não? Análise preliminar dos visitantes do Parque Nacional de Superagui. **Revista Turismo – Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 3, n. 6, p 49-68, 2000. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1320/1042>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

NÚCLEO PARA EXCELÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (NEXUCS). **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

PARANÁ. Decreto n. 5.769, de 5 de junho de 2002. Cria o Parque Estadual Pico Paraná, localizado nos municípios de Campina Grande do Sul e Antonina. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n. 6244, Paraná, 6 jun. 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwju8rKrjTTAhWMgpAKHaasDDUQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.icmbio.gov.br%2Fcepsul%2Fimages%2Fstories%2Flegislacao%2FDecretos%2F2002%2Fdec_pr_5769_2002_uc_parqueestadualpicoparana_pr.pdf&usq=AFQjCNFiLol2FMqijYblMwdZiBBYaDxU_g&sig2=Sqvc4Z-Vdp4Z-FhnO9qLJg>. Acesso em: 5 maio 2017.

PARQUE Estadual Pico do Paraná. Disponível em: <http://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Estadual_Pico_Paran%C3%A1>. Acesso em: 5 maio 2017.

PICO Paraná. Disponível em: <<http://www.rumos.net.br/rumos/rumo.asp?cdNot=85>>. Acesso em: 5 maio 2017.

PIETROCHINSKI, A. H. R.; SILVA, V. F. da. **Proposta de sinalização turística das trilhas do Parque Estadual do Guartelá**. 57 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Faculdade de Telêmaco Borba, Telêmaco Borba, 2008. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Pesquisa%20em%20UCs/resultados%20de%20pesquisa/93_08_Alan_Henrique_Rocha.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

PORTAL BRASIL. **Alemanha é o terceiro país com maior número de visitantes ao Brasil**. 2013. Disponível em: <www.brasil.gov.br/turismo/2013/08/alemanha-e-o-terceiro-pais-com-maior-numero-de-visitantes-ao-brasil>. Acesso em: 14 maio 2017.

PORTAL BRASIL. **Natureza e ecoturismo atraem estrangeiros ao Brasil**. 2014. Disponível em: <www.brasil.gov.br/turismo/2014/04/natureza-e-ecoturismo-atraem-estrangeiros-ao-brasil>. Acesso em: 14 maio 2017.

PORTAL BRASIL. Brasil está entre melhores destinos do mundo. 2014.
Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/02/brasil-esta-entre-os-melhores-destinos-do-mundo>>. Acesso em: 14 maio 2017.

PORTAL BRASIL. **Brasil é apontado como o primeiro do mundo para aventura.** 2016. Disponível em:<www.brasil.gov.br/turismo/2016/01/brasil-e-apontado-como-o-primeiro-do-mundo-para-aventura>. Acesso em: 14 mai. 2017.

PROJETO DE VOLUNTARIADO NO PICO PARANÁ. [comentário pessoal].
Facebook. Disponível em:
 <<https://www.facebook.com/groups/1061137117294106/?ref=ts&fref=ts>>.
 Acesso em: 5 maio 2017.

QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo e ambiente:** temas emergentes.
 Campinas: Editora Alínea, 2006.

RANGEL, L. de A.; MARTINS, M. B.; GUERRA, A. J. T. Impactos ambientais causados pela utilização de trilhas na Reserva Ecológica da Joatinga, Paraty, RJ. **Anais Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 1, n. 1, 2013.

RICHTER, M.; SOUZA, E. M. F. da R. Avaliação de impactos ecológicos e sociais do uso público no Parque Nacional do Itatiaia – Trilha Alto dos Brejos. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 31, n. 1, p.91-100,jan.-abr.,2013.

RODRIGUES, M. L.; MALHEIROS, T. F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T. D.A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 2, p. 96-110, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2017.

ROMAGNOLI, F. C., SILVA, V. M. F., NELSON, S. P., SHEPARDJR., G. H. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos (*Iniageoffrensis*): como trilhar o caminho do ecoturismo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, p. 463-480, 2011. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/160>>. Acesso em: 7 maio 2017.

ROSE, A. T. de. **Turismo:** planejamento e marketing. Barueri: Editora Manole, 2002.

SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Florestal. **Manual de monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidades de conservação.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2011. Disponível em:

<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2016/12/manualadeamonitoramentoaegestoadosaimpactosadaavi.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. **Manual de construção e manutenção de trilhas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. Disponível em: <http://www3.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/fundacao_florestal/ManualdasTrilhasfinal07-09.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

SILVA, R. R. de S. Turismo em unidade de conservação: o caso do Parque Estadual Serra da Baitaca. **Turismo - Visão e Ação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 409-418, dez. 2013. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/5117>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SIMÕES, L. L.; OLIVEIRA, L. R. C. N. de. **RAPPAM** – Implementação da Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo. Disponível em <d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/rappam.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

SOUSA, R. G. de; NUNES, V. H. A.; SANTOS, M. L. dos. O Ecoturismo, o Meio Ambiente e o Parque Estadual da Serra dos Pirineus na percepção dos visitantes e moradores de Pirenópolis (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 285-306, 2015.

SOUZA, L. Buraco do Padre melhora infraestrutura para receber visitantes. **Diário dos Campos**. Jan. 2017. Disponível em: <<http://www.diariodosc campos.com.br/cidades/2017/01/buraco-do-padre-melhora-infraestrutura-para-receber-visitantes/2312150/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

_____. **Turismo sustentável**: gestão e marketing. São Paulo: Editora Aleph, 2000. v. 4.

TAKAHASHI, L. Y.; MILANO, M. S. Preferências e percepção dos visitantes em relação aos impactos do uso público no Parque Estadual Pico do Marumbi e na Reserva Natural Salto Morato. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 4, p. 61-78, 2002.

TAKAHASHI, L. Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do estado do Paraná. 128f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TEIXEIRA, P. R.; OLIVEIRA, L. T. O método de Cifuentes e a avaliação da capacidade de carga na trilha na “Serrinha”. São João da Baliza, Roraima / Cifuentes Method of Load and Evaluation on the trail 'Serrinha'. São João da

Baliza, Roraima, Brazil. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 7, n. 1, p. 120-132, 2015.

VASCONCELLOS, J. M. de O. **Educação e interpretação ambiental em unidades de conservação**. São José dos Pinhais: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006. (Cadernos de Conservação, n. 4).

VIANA, F. M. de F.; ROCHA, C. H. B. **Impactos ambientais em unidades de conservação**. 25 f. Trabalho de Pós-graduação (Estágio de Docência) – Programa de Pós-graduação em Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/E.-Doc%C3%AAncia-Final_Fernanda.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

VIDAL, M. D.; SANTOS, P. M. da C.; OLIVEIRA, C. V. de; MELO, L. C. de. Perfil e percepção ambiental dos visitantes do Flutuante dos Botos, Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão (AM). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 419-435, set-dez 2013. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/583/0>>. Acesso em: 5 maio 2017.






WANDERLEY-FILHA, I.; ARAÚJO, M. V. P.; ALMEIDA, S. T. Gestão participativa em unidades de conservação com ênfase nos instrumentos legais: um olhar a partir da RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n.4, p. 390-407, maio/ago 2015. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/847/842>>. Acesso em: 5 maio 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO				
<p>Nesta seção serão realizadas perguntas fechadas e abertas procurando definir como o entrevistado percebe a qualidade do meio ambiente em várias escalas, utilizando a escala Likert conforma abaixo:</p>				
(1) DISCORDO TOTALMENTE	(2) DISCORDO	(3) NÃO CONCORDO NEM DISCONRDO	(4) DE ACORDO	(5) TOTALMENTE DE ACORDO
PERCEPÇÃO AMBIENTAL				
<p>1) Qual é a data aproximada da sua última visita ao Parque Estadual Pico Paraná?</p>				
<p>2) Você sabe que a área onde o Pico Paraná se encontra é um Parque Estadual?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>				
<p>3) Você possui conhecimento sobre unidades de conservação?</p> <p>() 0</p> <p>() 1</p> <p>() 2</p> <p>() 3</p> <p>() 4</p> <p>() 5</p>				
<p>4) Unidades de conservação têm importância significativa para o meio ambiente.</p> <p>() 0</p> <p>() 1</p> <p>() 2</p> <p>() 3</p> <p>() 4</p> <p>() 5</p>				
<p>5) Você costuma visitar outras unidades de conservação (ou apenas áreas naturais, caso não saiba informar quais dessas áreas são unidades de conservação)?</p>				

<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
6) Em sua opinião, existem ameaças ambientais no Parque Estadual Pico Paraná devido à quantidade de visitantes? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
7) Por quê?
8) A paisagem influenciou na sua escolha em visitar o PEPP? <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
9) Quem você aponta como o principal responsável pelos danos ao meio ambiente?
10) Quem você aponta como o menor responsável pelos danos ao meio ambiente?
11) Em sua opinião, quais das suas atividades e/ou ações mais prejudicam a natureza?
12) Você verificou alguma das situações abaixo durante a sua visita ao Parque? <input type="checkbox"/> Sujeira nos rios <input type="checkbox"/> Erosão do solo / Alargamento da trilha <input type="checkbox"/> Lixo jogado no chão <input type="checkbox"/> Abertura de trilhas secundárias <input type="checkbox"/> Destruição da vegetação <input type="checkbox"/> Pichação em pedras <input type="checkbox"/> Outros. Quais?
13) A sinalização das trilhas no parque é satisfatória? <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
14) Em sua opinião, o que o Poder Público poderia fazer para melhorar o Parque Estadual Pico Paraná?
QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA
1) As instalações físicas, equipamentos e pessoal (funcionários) encontrados no Parque Estadual Pico Paraná, estão de acordo com o que se espera em sua visita ao parque? <input type="checkbox"/> 0

<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5
2) Existem profissionais qualificados a passar informações detalhadas sobre o parque e sobre as normas de conduta em áreas naturais nas fazendas de acesso ao parque? <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5
3) É satisfatório o nível de qualidade da experiência vivida no parque? <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5
4) O parque tem estrutura suficiente para atender os visitantes? <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5
5) Como você classifica a quantidade de lixo encontrado na trilha? <input type="radio"/> pouco <input type="radio"/> médio <input type="radio"/> muito
6) Você considera que isso afetou a sua experiência de forma negativa? <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5
7) Como você classifica a quantidade de pessoas encontradas nas trilhas durante a realização da sua atividade no parque? <input type="radio"/> pouca <input type="radio"/> média <input type="radio"/> muita
8) Você considera que isso afetou a sua experiência de forma negativa? <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4

() 5
9) Por quê?
10) O parque está preparado no quesito segurança? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
11) O que achou do comportamento dos outros visitantes no local?
12) As suas expectativas foram cumpridas durante a visita? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
13) Você voltaria ao parque para realizar mais atividades? () sim () não
14) Por quê?
15) Você recomendaria o Parque para outra pessoa? () sim () não
16) Por quê?
17) Considerando todos os pontos, qual é o seu nível de satisfação em relação à sua visita (faça uma marcação em cima da que mais lhe representa)? <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;">  A </div> <div style="text-align: center;">  B </div> <div style="text-align: center;">  C </div> <div style="text-align: center;">  D </div> <div style="text-align: center;">  E </div> </div>

ANEXOS